

# Prestando Contas



Agenda Legislativa  
da Indústria 2015



*Confederação Nacional da Indústria*

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

# PDF INTERATIVO

## **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI**

### **PRESIDENTE**

*Robson Braga de Andrade*

### **1º VICE-PRESIDENTE**

*Paulo Antonio Skaf*

### **2º VICE-PRESIDENTE**

*Antônio Carlos da Silva*

### **3º VICE-PRESIDENTE**

*Paulo Afonso Ferreira*

### **VICE-PRESIDENTES**

*Paulo Gilberto Fernandes Tigre*

*Flavio José Cavalcanti de Azevedo*

*Glauco José Côrte*

*Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira*

*Edson Luiz Campagnolo*

*Jorge Parente Frota Júnior*

*Eduardo Prado De Oliveira*

*Jandir José Milan*

*José Conrado Azevedo Santos*

*Antonio José De Moraes Souza Filho*

*Marcos Guerra*

*Olavo Machado Júnior*

### **1º DIRETOR FINANCEIRO**

*Francisco de Assis Benevides Gadelha*

### **2º DIRETOR FINANCEIRO**

*José Carlos Lyra de Andrade*

### **3º DIRETOR FINANCEIRO**

*Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan*

### **1º DIRETOR SECRETÁRIO**

*Jorge Wicks Côrte Real*

### **2º DIRETOR SECRETÁRIO**

*Sérgio Marcolino Longen*

### **3º DIRETOR SECRETÁRIO**

*Antonio Rocha da Silva*

### **DIRETORES**

*Heitor José Müller*

*Carlos Mariani Bittencourt*

*Amaro Sales De Araújo*

*Pedro Alves De Oliveira*

*Edílson Baldez Das Neves*

*Roberto Proença De Macêdo*

*Roberto Magno Martins Pires*

*Rivaldo Fernandes Neves*

*Denis Roberto Baú*

*Carlos Takashi Sasai*

*João Francisco Salomão*

*Julio Augusto Miranda Filho*

*Roberto Cavalcanti Ribeiro*

*Ricardo Essinger*

### **CONSELHO FISCAL**

#### **TITULARES**

*João Oliveira de Albuquerque*

*José da Silva Nogueira Filho*

*Francisco de Sales Alencar*

#### **SUPLENTES**

*Célio Batista Alves*

*José Francisco Veloso Ribeiro*

*Clerlânio Fernandes de Holanda*

**@ 2015. CNI – Confederação Nacional da Indústria.**

**Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.**

**CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI  
CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – CAL**

Presidente: *Paulo Afonso Ferreira*

Vice Presidente: *Edson Luiz Campagnolo*

Conselheiros: *Afonso Taboza Pereira, Antonio Totaro Neto, Carlos Antônio de Borges Garcia, Cláudio Donisete Azevedo, Delile Guerra de Macêdo Junior, Edmundo Klotz, Eduardo Leão de Sousa, Fabio Starace Fonseca, Fernando Pimentel, Germano Rigotto, Gilberto Porcello Petry, Hélio Bampi, Humberto Barbato, José Carlos Martins, José da Rocha Pinto, José Marcondes Cerrutti, Mariana da Frota Brasil, Marina Mattar, Marcílio Caron Neto, Márcio João de Andrade Fortes, Maria Elizabeth Lira de Luca, Paulo Alfonso Menegueli, Pedro Daniel Bittar, Rafael Fernandes Maciel, Ralf Lima Terra, Rômulo Rodrigues Rocha, Salma Torres Ferrari, Walid de Melo Pires Sargedine, Wilson de Oliveira.*

**UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL**

Gerente-Executivo: *Marcos Borges de Castro*

Gerente-Executivo Adjunto: *Godofredo Franco Diniz*

Gerente de Informação e Estudos: *Frederico Gonçalves Cezar*

Gerente de Articulação no Senado Federal: *Pedro Aloysio Kloeckner*

Gerente de Articulação na Câmara dos Deputados: *Beatriz A. Lima Naves*

Coordenadora de Informações Legislativas: *Brenda Parada Granados*

C748a

Confederação Nacional da Indústria. Unidade de Assuntos Legislativos

Agenda legislativa da indústria 2015: prestando contas / Confederação Nacional da Indústria; Organizadores: Marcos Borges de Castro, Godofredo Franco Diniz, Frederico Gonçalves Cezar – Brasília, 2015.

180 p.

Inclui lista de siglas e índice.

ISBN 978-85-7957-113-8

1. Sistema tributário 2. Regulamentação da economia 3. Legislação trabalhista 4. Sistema financeiro nacional 5. Financiamento 6. Infraestrutura 7. Infraestrutura social 8. Ambiente institucional 9. Proposições Legislativas 10. Brasil

CDU 338

**CNI / CAL, COAL**

SBN - Quadra 1 - Bloco C - 10º andar

CEP 70040-903 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3317 9060

Fax: (61) 3317 9330

E-mail: [coal@cni.org.br](mailto:coal@cni.org.br)

**SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente**

SBN - Quadra 1 - Bloco C - 14º andar

CEP 70041-903 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3317 9992 e 9989

E-mail: [sac@cni.org.br](mailto:sac@cni.org.br)

Site: [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)

# Sumário



<b>Filtros</b> .....	<b>5</b>
<b>Listas</b> .....	<b>17</b>
<b>Apresentação</b> .....	<b>20</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>24</b>
Avanços da Pauta Mínima .....	25
Radiografia dos Projetos da Agenda Legislativa 2015 .....	26
Proposições Acompanhadas pela CNI .....	28
<b>Pauta Mínima</b> .....	<b>30</b>
Regulamentação da Economia .....	31
Questões Institucionais .....	34
Meio Ambiente .....	35
Infraestrutura .....	37
Legislação Trabalhista .....	38
Sistema Tributário .....	45
Infraestrutura Social .....	48
<b>Regulamentação da Economia</b> .....	<b>49</b>
<b>Questões Institucionais</b> .....	<b>63</b>
<b>Meio Ambiente</b> .....	<b>70</b>
<b>Legislação Trabalhista</b> .....	<b>81</b>
<b>Custo de Financiamento</b> .....	<b>105</b>
<b>Infraestrutura</b> .....	<b>107</b>
<b>Sistema Tributário</b> .....	<b>115</b>
<b>Infraestrutura Social</b> .....	<b>132</b>
<b>Interesse Setorial</b> .....	<b>137</b>
<b>Índice</b> .....	<b>170</b>

# Filtros



<b>Convergentes .....</b>	<b>6</b>
<b>Convergentes com Ressalvas .....</b>	<b>8</b>
<b>Divergentes .....</b>	<b>9</b>
<b>Divergentes com Ressalvas .....</b>	<b>11</b>
<b>Tramitados .....</b>	<b>12</b>
<b>Não Tramitados .....</b>	<b>15</b>



# Filtro de Convergentes



<b>PLC 69/2014</b>	Desconsideração da personalidade jurídica. ....	<b>32</b>
<b>PLS-C 476/2013</b>	Modificação dos prazos e condições para exclusão de empresas do Simples Nacional. ....	<b>33</b>
<b>PLP 381/2014</b>	Definição de normas gerais sobre o processo administrativo fiscal no âmbito das administrações tributárias. ....	<b>34</b>
<b>PL 3729/2004</b>	Estabelecimento de normas para o licenciamento ambiental. ....	<b>35</b>
<b>PL 7735/2014</b>	Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. ....	<b>36</b>
<b>PLS 149/2014</b>	Dupla visita nas fiscalizações do trabalho. ....	<b>39</b>
<b>PL 6897/2013</b>	Fixação de competências e critérios para embargo de obra e interdição de estabelecimentos. ....	<b>40</b>
<b>PDC 1408/2013</b>	Susta a NR 12 do MTE - Segurança em Máquinas e Equipamentos. ....	<b>41</b>
<b>PL 4193/2012</b>	Reconhecimento pleno às convenções e acordos coletivos de trabalho. ....	<b>44</b>
<b>PLP 54/2015</b>	Convalidação de incentivos fiscais de ICMS. ....	<b>45</b>
<b>PL 6530/2009</b>	Crédito Financeiro do IPI. ....	<b>46</b>
<b>PLS-C 298/2011</b>	Direitos e garantias do contribuinte. ....	<b>47</b>
<b>PLV 4/2015</b>	Alteração das regras para o auxílio doença e pensão por morte. ....	<b>48</b>
<b>PLS 316/2013</b>	Prazo para exame e concessão de pedidos de registro de marcas e patentes. ..	<b>50</b>
<b>PLS 133/2014</b>	Simplificação da importação para fins de pesquisa de agentes credenciados do CNPq. ....	<b>51</b>
<b>PL 2177/2011</b>	Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. ....	<b>54</b>
<b>PLS-C 161/2014</b>	Possibilidade de microempresas figurarem como substituto tributário. ....	<b>57</b>
<b>PLP 351/2013</b>	Limitação a 2% da incidência de multa de mora e ofício aplicadas pela legislação do Simples Nacional. ....	<b>58</b>
<b>PLP 414/2014</b>	Cria regime de transição do Simples Nacional para o regime de lucro real ou presumido. ....	<b>59</b>
<b>PDS 147/2014</b>	Susta o Decreto de criação do Sistema Nacional de Participação Social. ....	<b>66</b>
<b>PEC 72/2011</b>	Criação de Unidades de Conservação por meio de Lei. ....	<b>71</b>
<b>PLS 368/2012</b>	Autonomia do município para disciplinar APP em áreas urbanas. ....	<b>72</b>
<b>PLS 12/2014</b>	Incentivos para o reuso de água. ....	<b>73</b>
<b>PL 2732/2011</b>	Diretrizes para a prevenção da contaminação do solo e criação de CIDE. ....	<b>77</b>
<b>PL 5646/2013</b>	Redução em até 50% da alíquota de IPI incidente sobre máquinas e equipamentos destinados à reciclagem de resíduos. ....	<b>79</b>
<b>MSC 245/2012</b>	Acesso a recursos genéticos e repartição dos benefícios associados ao uso da biodiversidade. ....	<b>80</b>
<b>PL 948/2011</b>	Eficácia liberatória geral da quitação de verbas trabalhistas. ....	<b>90</b>
<b>PLS 606/2011</b>	Novas regras para execução trabalhista. ....	<b>91</b>

<b>PLS 432/2013</b>	Definição objetiva do que vem a ser trabalho escravo. ....	<b>92</b>
<b>PL 5140/2005</b>	Penhora online e desconsideração da personalidade jurídica nas execuções trabalhistas. ....	<b>94</b>
<b>PLS 8/2014</b>	Redução do limite mínimo para o intervalo intrajornada. ....	<b>95</b>
<b>PL 2409/2011</b>	Tempo de deslocamento ao local de trabalho não computado na jornada. ....	<b>96</b>
<b>PLP 51/2007</b>	Extinção do adicional de 10% do FGTS. ....	<b>101</b>
<b>PL 1439/2007</b>	Prescrição e indenização nos contratos do representante comercial. ....	<b>103</b>
<b>PL 1150/2011</b>	Restituição proporcional do IOF cobrado em operações de crédito e financiamento em antecipação de parcelas. ....	<b>106</b>
<b>PLS 422/2014</b>	Criação do Serviço de Controle de Tráfego Marítimo e da Praticagem. ....	<b>110</b>
<b>PL 1481/2007</b>	Acesso a redes digitais de informação. ....	<b>111</b>
<b>PL 7467/2010</b>	Isenção de PIS/COFINS para os serviços de saneamento básico. ....	<b>112</b>
<b>PL 3672/2012</b>	Prioridade às iniciativas da indústria nacional em programas de eficiência energética. ....	<b>113</b>
<b>PLP 45/2015</b>	Alíquota do ICMS na aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária por empresas enquadradas no SIMPLES. ....	<b>119</b>
<b>PLS-C 95/2014</b>	Disciplinamento do instrumento de substituição tributária. ....	<b>120</b>
<b>PL 7140/2014</b>	Alteração da base de cálculo da contribuição para PIS/PASEP e COFINS. ....	<b>122</b>
<b>PL 7956/2014</b>	Permite a utilização dos prejuízos fiscais em 100% ao invés do limite atual de 30%. ....	<b>123</b>
<b>PRS 1/2013</b>	Uniformização da alíquota interestadual de ICMS. ....	<b>124</b>
<b>PLS-C 354/2012</b>	Definição de obrigação tributária acessória. ....	<b>126</b>
<b>PLP 163/2012</b>	Eliminação da possibilidade de cálculo por dentro do PIS/COFINS e do ICMS. .	<b>127</b>
<b>PLP 396/2014</b>	Prazo de 12 meses para cumprimento de novos atos que implicarem custos. .	<b>128</b>
<b>PL 3268/2012</b>	Compensação de débitos tributários administrados pela SRFB. ....	<b>129</b>
<b>MPV 665/2014</b>	Programa Seguro-Desemprego e Abono Salarial. ....	<b>133</b>
<b>PLS 9/2014</b>	Isenção da cobrança de contribuições previdenciárias sobre o pagamento à previdência complementar em benefício do empregado. ....	<b>134</b>
<b>PL 1476/2007</b>	Abatimento de gastos com ensino superior no cálculo da contribuição previdenciária. ....	<b>135</b>
<b>PEC 25/2014</b>	Isenção tributária para medicamentos de uso humano. ....	<b>138</b>
<b>PLS 378/2013</b>	Vinculação da realização de leilões de linhas de transmissão de energia elétrica e de novos empreendimentos de geração à obtenção de licença prévia junto ao órgão ambiental. ....	<b>144</b>
<b>PLC 34/2015</b>	Rotulagem de alimentos elaborados a partir de organismos geneticamente modificados (OGM). ....	<b>154</b>
<b>PL 6716/2009</b>	Ampliação da possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo. ....	<b>155</b>
<b>PL 3877/2012</b>	Redução de alíquotas tributárias para as operações de suplementos minerais destinados à alimentação animal. ....	<b>159</b>
<b>PL 4973/2013</b>	Exclusão da obrigatoriedade de participação mínima da Petrobras na exploração de petróleo em áreas do pré-sal. ....	<b>160</b>



# Filtro de Convergentes com Ressalvas



<b>PLS 559/2013</b>	Normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública. ....	<b>31</b>
<b>PLC 30/2015</b>	Regulamentação da terceirização. ....	<b>42</b>
<b>PL 2289/2007</b>	Aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoas estrangeiras. ....	<b>52</b>
<b>PLP 90/2011</b>	Divulgação de estatísticas do comércio exterior pela Fazenda Pública. ....	<b>55</b>
<b>PL 717/2003</b>	Sujeição dos produtos importados a normas de certificação de conformidade. ....	<b>56</b>
<b>PEC 352/2013</b>	Reforma Política. ....	<b>67</b>
<b>PL 1202/2007</b>	Disciplinamento do <i>lobby</i> . ....	<b>68</b>
<b>PL 792/2007</b>	Compensação financeira por serviços ambientais. ....	<b>76</b>
<b>PL 5067/2009</b>	Definição da base de cálculo do adicional de insalubridade por acordo ou convenção coletiva. ....	<b>84</b>
<b>PL 6239/2013</b>	Parcelamento das férias do trabalhador. ....	<b>104</b>
<b>PEC 31/2007</b>	Nova Proposta de Reforma Tributária. ....	<b>116</b>
<b>PLP 366/2013</b>	Incidência de ISS sobre serviços gráficos. ....	<b>121</b>
<b>PEC 7/2015</b>	Alíquota de ICMS nas operações interestaduais para mercadorias destinadas ao consumidor final não contribuinte. ....	<b>125</b>
<b>PL 1239/2011</b>	Uniformização dos prazos de validade das certidões negativas em 12 meses. .	<b>131</b>
<b>ECD 3/2014</b>	Extensão da redução de tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição à parcela autoconsumida da energia. ....	<b>139</b>
<b>PLS 209/2013</b>	Regras para pedidos de registro de agrotóxicos. ....	<b>143</b>
<b>PL 3057/2000</b>	Lei de Responsabilidade Territorial Urbana. ....	<b>151</b>
<b>PL 5921/2001</b>	Caracterização de publicidade abusiva para crianças. ....	<b>153</b>
<b>PL 7224/2010</b>	Desconto do IR para implantação de projetos de reflorestamento, florestamento e preservação ambiental. ....	<b>156</b>
<b>PL 37/2011</b>	Código da Mineração. ....	<b>157</b>
<b>PL 6459/2013</b>	Obrigações gerais para produtores integrados e as agroindústrias integradoras. ....	<b>165</b>

# Filtro de Divergentes



<b>PEC 231/1995</b>	Redução da jornada de trabalho. ....	38
<b>MSC 59/2008</b>	Adoção da Convenção 158 da OIT. ....	43
<b>PL 7477/2014</b>	Regulação da relação contratual de distribuição de produtos industrializados. .	53
<b>PL 2010/2011</b>	Novas regras de garantia contra vícios do produto. ....	61
<b>PL 557/2015</b>	Inserção obrigatória de caracteres em Braille em rótulos e embalagens. ....	62
<b>PLP 404/2014</b>	Anuência dos entes federados em licenciamentos ambientais de competência federal. ....	74
<b>PL 266/2007</b>	Cobrança da compensação ambiental. ....	75
<b>PL 3409/2012</b>	Rotulagem obrigatória com informações de descarte e retorno. ....	78
<b>PLS 181/2011</b>	Prorrogação automática de acordo ou convenção coletiva de trabalho. ....	82
<b>PLS 296/2011</b>	Prestação de informações em negociação coletiva de trabalho. ....	83
<b>PL 5684/2009</b>	Elevação do número de dirigentes sindicais com estabilidade no emprego. ....	85
<b>PLS 58/2014</b>	Aposentadoria especial - Fornecimento de equipamento de proteção individual. ....	86
<b>PL 1981/2003</b>	Participação dos sindicatos nas inspeções do trabalho. ....	87
<b>PL 7206/2010</b>	Aferição simplificada da natureza acidentária da incapacidade laboral. ....	88
<b>PL 6356/2005</b>	Regulamentação de demissão coletiva. ....	89
<b>PLS 231/2014</b>	Alteração do prazo prescricional. ....	93
<b>PLS 162/2013</b>	Ampliação da licença-maternidade e licença-paternidade. ....	99
<b>PLS 242/2013</b>	Proibição de descontos referente ao vale-transporte recebido pelo empregado. ....	100
<b>PL 2312/2011</b>	Novas regras para a gestão do FGTS. ....	102
<b>PLC 8/2013</b>	Isenção de pedágio para pessoas físicas. ....	108
<b>PLS 37/2011</b>	Substituição das redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas. ....	109
<b>PLS-C 161/2013</b>	Prevenção de desequilíbrios da concorrência por meio de critérios especiais de tributação. ....	118
<b>PLS-C 178/2012</b>	Criação de banco de dados eletrônico sobre informações fiscais de contribuintes. ....	130
<b>PL 3299/2008</b>	Extinção do “fator previdenciário”. ....	136
<b>PLS 139/2012</b>	Restrições a venda de produtos fumíferos nos locais que especifica. ....	140
<b>PLS 404/2012</b>	Uso obrigatório de colete inflável de proteção para motociclistas e isenção de IPI, II, PIS/COFINS para sua aquisição. ....	141
<b>PLS 50/2013</b>	Estabelecimento de novas regras para produtos de puericultura e andadores infantis. ....	142
<b>PLS 103/2014</b>	Novas restrições para embalagens de produtos derivados do tabaco. ....	146



<b>PLS 136/2014</b>	Prazo de validade para registro de agrotóxicos. ....	<b>147</b>
<b>PLS 400/2014</b>	Percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União no regime de partilha. ....	<b>148</b>
<b>PLS 423/2014</b>	Isenção de tributos para importação de embarcações. ....	<b>149</b>
<b>PEC 92/2011</b>	Incidência de ICMS sobre exportações de bens minerais primários ou semielaborados. ....	<b>150</b>
<b>PL 5476/2001</b>	Veda a cobrança de assinatura básica na telefonia fixa. ....	<b>152</b>
<b>PL 3221/2012</b>	Proibição do uso do ftalato para a fabricação de artefatos de uso médico. ....	<b>158</b>
<b>PL 5092/2013</b>	Obrigatoriedade de instituição de patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias. ....	<b>161</b>
<b>PL 5410/2013</b>	Obrigatoriedade de tensões bivolt em produtos eletroeletrônicos de uso doméstico. ....	<b>162</b>
<b>PL 5608/2013</b>	Proibição de publicidade infantil de alimentos com baixo valor nutricional. ....	<b>163</b>
<b>PL 6283/2013</b>	Proibição da venda de refrigerantes a menores de idade e comercialização obrigatória de produtos nutritivos em cantinas escolares. ....	<b>164</b>
<b>PL 7064/2014</b>	Recolhimento de medicamentos vencidos. ....	<b>166</b>
<b>PL 7273/2014</b>	Proibição de prazo de validade para créditos de telefonia celular. ....	<b>167</b>
<b>PL 7338/2014</b>	Normas para a conservação e uso da vegetação do Cerrado. ....	<b>168</b>
<b>PL 7591/2014</b>	Prazo para troca do produto, restituição do valor pago ou abatimento do preço no caso de produtos essenciais defeituosos. ....	<b>169</b>



# Filtro de Divergentes com Ressalvas



<b>PL 5442/2013</b>	Instituição de controle externo das Agências Reguladoras. ....	<b>37</b>
<b>PLS 281/2012</b>	Reforma do CDC / Normas gerais de proteção do consumidor no comércio eletrônico e aplicação de medidas corretivas. ....	<b>60</b>
<b>PLS 236/2012</b>	Novo Código Penal. ....	<b>64</b>
<b>PLS 487/2013</b>	Novo Código Comercial. ....	<b>65</b>
<b>PL 2412/2007</b>	Execução Administrativa de Créditos Fiscais. ....	<b>69</b>
<b>SCD 4/2015</b>	Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. ....	<b>97</b>
<b>PLV 6/2015</b>	Elevação das alíquotas de PIS/PASEP - Importação - e COFINS - Importação. ....	<b>117</b>
<b>PLS 10/2014</b>	Ampliação das restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas. ....	<b>145</b>



# Filtro de Tramitados



<b>PLS 559/2013</b>	Normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública. ....	<b>31</b>
<b>PLS-C 476/2013</b>	Modificação dos prazos e condições para exclusão de empresas do Simples Nacional. ....	<b>33</b>
<b>PLP 381/2014</b>	Definição de normas gerais sobre o processo administrativo fiscal no âmbito das administrações tributárias. ....	<b>34</b>
<b>PL 3729/2004</b>	Estabelecimento de normas para o licenciamento ambiental. ....	<b>35</b>
<b>PL 7735/2014</b>	Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. ....	<b>36</b>
<b>PLS 149/2014</b>	Dupla visita nas fiscalizações do trabalho. ....	<b>39</b>
<b>PL 6897/2013</b>	Fixação de competências e critérios para embargo de obra e interdição de estabelecimentos. ....	<b>40</b>
<b>PDC 1408/2013</b>	Susta a NR 12 do MTE - Segurança em Máquinas e Equipamentos. ....	<b>41</b>
<b>PLC 30/2015</b>	Regulamentação da terceirização. ....	<b>42</b>
<b>MSC 59/2008</b>	Adoção da Convenção 158 da OIT. ....	<b>43</b>
<b>PL 4193/2012</b>	Reconhecimento pleno às convenções e acordos coletivos de trabalho. ....	<b>44</b>
<b>PLP 54/2015</b>	Convalidação de incentivos fiscais de ICMS. ....	<b>45</b>
<b>PL 6530/2009</b>	Crédito Financeiro do IPI. ....	<b>46</b>
<b>PLS-C 298/2011</b>	Direitos e garantias do contribuinte. ....	<b>47</b>
<b>PLV 4/2015</b>	Alteração das regras para o auxílio doença e pensão por morte. ....	<b>48</b>
<b>PLS 316/2013</b>	Prazo para exame e concessão de pedidos de registro de marcas e patentes. ..	<b>50</b>
<b>PLS 133/2014</b>	Simplificação da importação para fins de pesquisa de agentes credenciados do CNPq. ....	<b>51</b>
<b>PL 7477/2014</b>	Regulação da relação contratual de distribuição de produtos industrializados. .	<b>53</b>
<b>PLP 90/2011</b>	Divulgação de estatísticas do comércio exterior pela Fazenda Pública. ....	<b>55</b>
<b>PL 717/2003</b>	Sujeição dos produtos importados a normas de certificação de conformidade. ....	<b>56</b>
<b>PLS-C 161/2014</b>	Possibilidade de microempresas figurarem como substituto tributário. ....	<b>57</b>
<b>PLP 351/2013</b>	Limitação a 2% da incidência de multa de mora e ofício aplicadas pela legislação do Simples Nacional. ....	<b>58</b>
<b>PLP 414/2014</b>	Cria regime de transição do Simples Nacional para o regime de lucro real ou presumido. ....	<b>59</b>
<b>PLS 281/2012</b>	Reforma do CDC / Normas gerais de proteção do consumidor no comércio eletrônico e aplicação de medidas corretivas. ....	<b>60</b>
<b>PEC 352/2013</b>	Reforma Política. ....	<b>67</b>
<b>PL 1202/2007</b>	Disciplinamento do <i>lobby</i> . ....	<b>68</b>
<b>PL 2412/2007</b>	Execução Administrativa de Créditos Fiscais. ....	<b>69</b>
<b>PLS 368/2012</b>	Autonomia do município para disciplinar APP em áreas urbanas. ....	<b>72</b>

<b>PLS 12/2014</b>	Incentivos para o reuso de água. ....	<b>73</b>
<b>PLP 404/2014</b>	Anuência dos entes federados em licenciamentos ambientais de competência federal. ....	<b>74</b>
<b>PL 266/2007</b>	Cobrança da compensação ambiental. ....	<b>75</b>
<b>PL 792/2007</b>	Compensação financeira por serviços ambientais. ....	<b>76</b>
<b>PL 2732/2011</b>	Diretrizes para a prevenção da contaminação do solo e criação de CIDE. ....	<b>77</b>
<b>PL 3409/2012</b>	Rotulagem obrigatória com informações de descarte e retorno. ....	<b>78</b>
<b>PL 5646/2013</b>	Redução em até 50% da alíquota de IPI incidente sobre máquinas e equipamentos destinados à reciclagem de resíduos. ....	<b>79</b>
<b>PLS 181/2011</b>	Prorrogação automática de acordo ou convenção coletiva de trabalho. ....	<b>82</b>
<b>PLS 296/2011</b>	Prestação de informações em negociação coletiva de trabalho. ....	<b>83</b>
<b>PLS 58/2014</b>	Aposentadoria especial - Fornecimento de equipamento de proteção individual. ....	<b>86</b>
<b>PL 1981/2003</b>	Participação dos sindicatos nas inspeções do trabalho. ....	<b>87</b>
<b>PL 7206/2010</b>	Aferição simplificada da natureza acidentária da incapacidade laboral. ....	<b>88</b>
<b>PL 6356/2005</b>	Regulamentação de demissão coletiva. ....	<b>89</b>
<b>PL 948/2011</b>	Eficácia liberatória geral da quitação de verbas trabalhistas. ....	<b>90</b>
<b>PLS 606/2011</b>	Novas regras para execução trabalhista. ....	<b>91</b>
<b>PLS 432/2013</b>	Definição objetiva do que vem a ser trabalho escravo. ....	<b>92</b>
<b>PL 5140/2005</b>	Penhora online e desconsideração da personalidade jurídica nas execuções trabalhistas. ....	<b>94</b>
<b>PLS 8/2014</b>	Redução do limite mínimo para o intervalo intrajornada. ....	<b>95</b>
<b>PL 2409/2011</b>	Tempo de deslocamento ao local de trabalho não computado na jornada. ....	<b>96</b>
<b>SCD 4/2015</b>	Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência. ....	<b>97</b>
<b>PLP 51/2007</b>	Extinção do adicional de 10% do FGTS. ....	<b>101</b>
<b>PL 2312/2011</b>	Novas regras para a gestão do FGTS. ....	<b>102</b>
<b>PL 1439/2007</b>	Prescrição e indenização nos contratos do representante comercial. ....	<b>103</b>
<b>PL 1150/2011</b>	Restituição proporcional do IOF cobrado em operações de crédito e financiamento em antecipação de parcelas. ....	<b>106</b>
<b>PLC 8/2013</b>	Isenção de pedágio para pessoas físicas. ....	<b>108</b>
<b>PLS 37/2011</b>	Substituição das redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas. ....	<b>109</b>
<b>PLS 422/2014</b>	Criação do Serviço de Controle de Tráfego Marítimo e da Praticagem. ....	<b>110</b>
<b>PL 7467/2010</b>	Isenção de PIS/COFINS para os serviços de saneamento básico. ....	<b>112</b>
<b>PL 3672/2012</b>	Prioridade às iniciativas da indústria nacional em programas de eficiência energética. ....	<b>113</b>
<b>PLV 6/2015</b>	Elevação das alíquotas de PIS/PASEP - Importação - e COFINS - Importação. ...	<b>117</b>
<b>PLP 45/2015</b>	Alíquota do ICMS na aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária por empresas enquadradas no SIMPLES. ....	<b>119</b>
<b>PL 7140/2014</b>	Alteração da base de cálculo da contribuição para PIS/PASEP e COFINS. ....	<b>122</b>



<b>PRS 1/2013</b>	Uniformização da alíquota interestadual de ICMS. ....	<b>124</b>
<b>PEC 7/2015</b>	Alíquota de ICMS nas operações interestaduais para mercadorias destinadas ao consumidor final não contribuinte. ....	<b>125</b>
<b>PLS-C 354/2012</b>	Definição de obrigação tributária acessória. ....	<b>126</b>
<b>PLP 163/2012</b>	Eliminação da possibilidade de cálculo por dentro do PIS/COFINS e do ICMS. .	<b>127</b>
<b>PLP 396/2014</b>	Prazo de 12 meses para cumprimento de novos atos que implicarem custos. .	<b>128</b>
<b>PL 3268/2012</b>	Compensação de débitos tributários administrados pela SRFB. ....	<b>129</b>
<b>PLS-C 178/2012</b>	Criação de banco de dados eletrônico sobre informações fiscais de contribuintes. ....	<b>130</b>
<b>PL 1239/2011</b>	Uniformização dos prazos de validade das certidões negativas em 12 meses. .	<b>131</b>
<b>MPV 665/2014</b>	Programa Seguro-Desemprego e Abono Salarial. ....	<b>133</b>
<b>PLS 9/2014</b>	Isenção da cobrança de contribuições previdenciárias sobre o pagamento à previdência complementar em benefício do empregado. ....	<b>134</b>
<b>ECD 3/2014</b>	Extensão da redução de tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição à parcela autoconsumida da energia. ....	<b>139</b>
<b>PLS 139/2012</b>	Restrições a venda de produtos fumíferos nos locais que especifica. ....	<b>140</b>
<b>PLS 50/2013</b>	Estabelecimento de novas regras para produtos de puericultura e andadores infantis. ....	<b>142</b>
<b>PLS 103/2014</b>	Novas restrições para embalagens de produtos derivados do tabaco. ....	<b>146</b>
<b>PLS 400/2014</b>	Percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União no regime de partilha. ....	<b>148</b>
<b>PLS 423/2014</b>	Isenção de tributos para importação de embarcações. ....	<b>149</b>
<b>PL 5921/2001</b>	Caracterização de publicidade abusiva para crianças. ....	<b>153</b>
<b>PLC 34/2015</b>	Rotulagem de alimentos elaborados a partir de organismos geneticamente modificados (OGM). ....	<b>154</b>
<b>PL 3221/2012</b>	Proibição do uso do ftalato para a fabricação de artefatos de uso médico. ....	<b>158</b>
<b>PL 3877/2012</b>	Redução de alíquotas tributárias para as operações de suplementos minerais destinados à alimentação animal. ....	<b>159</b>
<b>PL 4973/2013</b>	Exclusão da obrigatoriedade de participação mínima da Petrobras na exploração de petróleo em áreas do pré-sal. ....	<b>160</b>
<b>PL 5092/2013</b>	Obrigatoriedade de instituição de patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias. ....	<b>161</b>
<b>PL 5410/2013</b>	Obrigatoriedade de tensões bivolt em produtos eletroeletrônicos de uso doméstico. ....	<b>162</b>
<b>PL 5608/2013</b>	Proibição de publicidade infantil de alimentos com baixo valor nutricional. ....	<b>163</b>
<b>PL 6283/2013</b>	Proibição da venda de refrigerantes a menores de idade e comercialização obrigatória de produtos nutritivos em cantinas escolares. ....	<b>164</b>
<b>PL 7064/2014</b>	Recolhimento de medicamentos vencidos. ....	<b>166</b>
<b>PL 7273/2014</b>	Proibição de prazo de validade para créditos de telefonia celular. ....	<b>167</b>
<b>PL 7338/2014</b>	Normas para a conservação e uso da vegetação do Cerrado. ....	<b>168</b>



# Filtro de Não Tramitados



<b>PLC 69/2014</b>	Desconsideração da personalidade jurídica. ....	<b>32</b>
<b>PL 5442/2013</b>	Instituição de controle externo das Agências Reguladoras. ....	<b>37</b>
<b>PEC 231/1995</b>	Redução da jornada de trabalho. ....	<b>38</b>
<b>PL 2289/2007</b>	Aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoas estrangeiras. ....	<b>52</b>
<b>PL 2177/2011</b>	Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. ....	<b>54</b>
<b>PL 2010/2011</b>	Novas regras de garantia contra vícios do produto. ....	<b>61</b>
<b>PL 557/2015</b>	Inserção obrigatória de caracteres em Braille em rótulos e embalagens. ....	<b>62</b>
<b>PLS 236/2012</b>	Novo Código Penal. ....	<b>64</b>
<b>PLS 487/2013</b>	Novo Código Comercial. ....	<b>65</b>
<b>PDS 147/2014</b>	Susta o Decreto de criação do Sistema Nacional de Participação Social. ....	<b>66</b>
<b>PEC 72/2011</b>	Criação de Unidades de Conservação por meio de Lei. ....	<b>71</b>
<b>MSC 245/2012</b>	Acesso a recursos genéticos e repartição dos benefícios associados ao uso da biodiversidade. ....	<b>80</b>
<b>PL 5067/2009</b>	Definição da base de cálculo do adicional de insalubridade por acordo ou convenção coletiva. ....	<b>84</b>
<b>PL 5684/2009</b>	Elevação do número de dirigentes sindicais com estabilidade no emprego. ....	<b>85</b>
<b>PLS 231/2014</b>	Alteração do prazo prescricional. ....	<b>93</b>
<b>PLS 162/2013</b>	Ampliação da licença-maternidade e licença-paternidade. ....	<b>99</b>
<b>PLS 242/2013</b>	Proibição de descontos referente ao vale-transporte recebido pelo empregado. ....	<b>100</b>
<b>PL 6239/2013</b>	Parcelamento das férias do trabalhador. ....	<b>104</b>
<b>PL 1481/2007</b>	Acesso a redes digitais de informação. ....	<b>111</b>
<b>PEC 31/2007</b>	Nova Proposta de Reforma Tributária. ....	<b>116</b>
<b>PLS-C 161/2013</b>	Prevenção de desequilíbrios da concorrência por meio de critérios especiais de tributação. ....	<b>118</b>
<b>PLS-C 95/2014</b>	Disciplinamento do instrumento de substituição tributária. ....	<b>120</b>
<b>PLP 366/2013</b>	Incidência de ISS sobre serviços gráficos. ....	<b>121</b>
<b>PL 7956/2014</b>	Permite a utilização dos prejuízos fiscais em 100% ao invés do limite atual de 30%. ....	<b>123</b>
<b>PL 1476/2007</b>	Abatimento de gastos com ensino superior no cálculo da contribuição previdenciária. ....	<b>135</b>
<b>PL 3299/2008</b>	Extinção do “fator previdenciário”. ....	<b>136</b>
<b>PEC 25/2014</b>	Isenção tributária para medicamentos de uso humano. ....	<b>138</b>
<b>PLS 404/2012</b>	Uso obrigatório de colete inflável de proteção para motociclistas e isenção de IPI, II, PIS/COFINS para sua aquisição. ....	<b>141</b>



<b>PLS 209/2013</b>	Regras para pedidos de registro de agrotóxicos. ....	<b>143</b>
<b>PLS 378/2013</b>	Vinculação da realização de leilões de linhas de transmissão de energia elétrica e de novos empreendimentos de geração à obtenção de licença prévia junto ao órgão ambiental. ....	<b>144</b>
<b>PLS 10/2014</b>	Ampliação das restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas. ....	<b>145</b>
<b>PLS 136/2014</b>	Prazo de validade para registro de agrotóxicos. ....	<b>147</b>
<b>PEC 92/2011</b>	Incidência de ICMS sobre exportações de bens minerais primários ou semielaborados. ....	<b>150</b>
<b>PL 3057/2000</b>	Lei de Responsabilidade Territorial Urbana. ....	<b>151</b>
<b>PL 5476/2001</b>	Veda a cobrança de assinatura básica na telefonia fixa. ....	<b>152</b>
<b>PL 6716/2009</b>	Ampliação da possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo. ....	<b>155</b>
<b>PL 7224/2010</b>	Desconto do IR para implantação de projetos de reflorestamento, florestamento e preservação ambiental. ....	<b>156</b>
<b>PL 37/2011</b>	Código da Mineração. ....	<b>157</b>
<b>PL 6459/2013</b>	Obrigações gerais para produtores integrados e as agroindústrias integradoras. ....	<b>165</b>
<b>PL 7591/2014</b>	Prazo para troca do produto, restituição do valor pago ou abatimento do preço no caso de produtos essenciais defeituosos. ....	<b>169</b>



# Listas



**Ilustrações** ..... 18

**Siglas** ..... 19



# Lista de Ilustrações



<b>Grafico 1</b>	Tramitação dos Projetos da Pauta Mínima X Interesse da Indústria (1º Semestre de 2011 a 2015) .....	<b>26</b>
<b>Grafico 2</b>	Tramitação dos Projetos da Agenda Legislativa X Interesse da Indústria (1º Semestre de 2011 a 2015) .....	<b>27</b>
<b>Grafico 3</b>	Votações Positivas na Câmara dos Deputados.....	<b>28</b>
<b>Grafico 4</b>	Votações Positivas no Senado Federal .....	<b>29</b>
<b>Grafico 5</b>	Resultados Favoráveis nas Deliberações do Congresso Nacional Ano a Ano...	<b>29</b>

# Lista de Siglas



<b>CD</b>	Câmara dos Deputados
<b>SF</b>	Senado Federal
<b>CN</b>	Congresso Nacional
<b>MPV</b>	Medida Provisória
<b>PDC</b>	Projeto de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados
<b>PDS</b>	Projeto de Decreto Legislativo tramitando no Senado Federal
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>PL</b>	Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara dos Deputados
<b>PLC</b>	Projeto de Lei da Câmara tramitando no Senado Federal
<b>PLS</b>	Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal
<b>PLS-C</b>	Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal
<b>PLP</b>	Projeto de Lei Complementar tramitando na Câmara dos Deputados
<b>PLV</b>	Projeto de Lei de Conversão
<b>SCD</b>	Substitutivo da Câmara dos Deputados



# Apresentação



A Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresenta a décima edição da publicação **Prestando Contas**. Além de descrever a movimentação, até 30 de junho, das proposições que compõem a Agenda Legislativa da Indústria e a Pauta Mínima de 2015, o documento informa as ações empreendidas na defesa dos interesses do setor, em parceria com as federações estaduais, associações e outras confederações empresariais. Ao mesmo tempo, atualiza o posicionamento (convergente ou divergente), de acordo com a evolução da matéria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.



A partir do esforço de convencimento dos parlamentares, foram incluídos, na agenda das duas Casas do Congresso Nacional, projetos fundamentais para o setor produtivo que constam da Pauta Mínima da Indústria, uma lista restrita de proposições de alto impacto no ambiente econômico.

É importante ressaltar a existência, hoje, de um Legislativo mais atuante, a intensificação das ações da indústria no Congresso e a significativa evolução dos projetos que compõem a Pauta Mínima. Entre as proposições aprovadas em consonância com o posicionamento da CNI e transformadas em lei no primeiro semestre, merecem destaque:

- **Regras de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado (PLC 2/2015 – Lei nº 13.123/2015).** A nova lei protege a biodiversidade brasileira, desburocratiza os processos de pesquisa científica, e garante a repartição de benefícios com comunidades indígenas a partir do acesso ao conhecimento tradicional associado (CTA) e ao uso de recursos genéticos. Além disso, protege a agricultura, isentando as espécies exóticas da repartição de benefícios (95% da produção agropecuária nacional, como soja, milho, cana-de-açúcar etc.), e estimula a competitividade na geração de produtos e processos que utilizem recursos genéticos.
- **Alteração das normas que regulam os benefícios previdenciários – pensão por morte e auxílio-doença – (MPV 664/2015 – Lei nº 13.135/2015).** As modificações nas regras de pensão por morte e no cálculo dos benefícios preservam a sustentabilidade dos pagamentos previdenciários. Vale ressaltar a supressão de dispositivo da MPV que ampliava de 15 para 30 dias o período em que é atribuída ao empregador a responsabilidade de arcar com o salário do empregado afastado por doença.

Tiveram, ainda, avanço significativo, as seguintes proposições:

- **PL 4.330/2004 (PLC 30/2015),** que regulamenta a terceirização. Após intensos debates, o projeto foi, finalmente, aprovado na Câmara dos Deputados e se encontra no Senado, aguardando o pronunciamento das comissões temáticas. A terceirização de serviços é uma realidade não apenas na economia brasileira, mas na mundial. Sua



regulamentação é absolutamente necessária, de forma a dar mais segurança jurídica às empresas e aos empregados.

- **PDC 1.408/2013**, que susta a Norma Regulamentadora nº 12, marco legal de segurança no uso de máquinas e equipamentos. O projeto foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados e tem pedido de urgência apresentado, com votação pendente.
- **PLP 54/2015**, que convalida incentivos fiscais com o ICMS. Após aprovação no Senado, o projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados para revisão. O texto busca equacionar os problemas da guerra fiscal entre os estados, permitindo: a) a remissão dos créditos tributários decorrentes de isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos por legislação estadual; e b) a reinstauração de isenções, incentivos e benefícios que ainda se encontrem em vigor.

Além da aprovação de proposições fundamentais da Pauta Mínima, outras propostas necessárias ao aumento da competitividade da indústria brasileira e à modernização das relações de trabalho tiveram movimentação relevante. Nesse contexto, destacam-se:

- **PL 5.140/2005**, que trata da penhora *online* e da desconsideração da personalidade jurídica nas execuções trabalhistas. A proposta disciplina o instituto da penhora *online*, protegendo harmoniosamente os interesses das empresas e dos empregadores com a adoção de regras existentes no âmbito do processo civil e da jurisprudência consolidada nos tribunais superiores, em especial no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Além disso, regulamenta a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, limitando essa medida às estritas hipóteses que relaciona. Assim, resguarda as condições mínimas de manutenção das empresas e traz mais garantias ao patrimônio particular do sócio.
- **PLS 606/2011**, que traz novas regras para a execução trabalhista. Já aprovada em duas comissões do Senado, a proposição busca modernizar o processo de execução trabalhista, assegurando ao executado a forma menos onerosa, celeridade e segurança jurídica. Permite, por exemplo, o parcelamento do débito, o que torna mais efetivo o cumprimento da obrigação.
- **PL 2.177/2011**, que estabelece o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O projeto foi aprovado na Câmara e aguarda votação no Senado. O espírito inovador é fundamental para o desenvolvimento da indústria brasileira. A atualização do tratamento conferido à ciência, à tecnologia e à inovação combate o declínio da produtividade em vários setores da economia.

Aguardamos para o segundo semestre, no Senado Federal, a inclusão, na pauta de deliberações, da regulamentação da terceirização (PLC 30/2015) e, na Câmara dos Deputados, a votação do PL 3.729/2004, que disciplina o licenciamento ambiental.



O Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, elaborado pela CNI, identificou o licenciamento ambiental como um dos principais problemas estruturantes que reduzem a competitividade e ampliam os custos dos investimentos no país. O projeto está na Comissão de Meio Ambiente, sob a relatoria do deputado Ricardo Tripoli (PSDB/SP), que deverá apresentar seu parecer no início do segundo semestre.

A CNI continuará atuando com o intuito de garantir avanços ainda mais significativos ao longo deste e dos próximos anos. O objetivo é contribuir com o Poder Legislativo na criação de um ambiente favorável à competitividade da indústria brasileira e de estímulo ao empreendedorismo, no qual a economia possa crescer de maneira mais consistente, com geração de emprego e de renda.

*Robson Braga de Andrade*  
**Presidente da CNI**



# Introdução



Há uma significativa correlação entre os debates travados no Congresso Nacional e as propostas de interesse da indústria brasileira. Para se construir uma radiografia precisa de como avançam temas estratégicos para o setor produtivo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) oferece o **Prestando Contas**. Esta publicação apresenta e analisa o progresso da **Agenda Legislativa** e o resultado prático de deliberações do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Nesta edição, o **Prestando Contas** retrata os resultados do primeiro semestre da nova legislatura. A avaliação compara a posição de cada proposta, o status dos projetos na data da publicação da **Agenda Legislativa 2015**, realizada em março, e sua situação atual. O leitor pode, ainda, se informar sobre a atuação da CNI sobre cada proposição prioritária.

Como inovação, o **Prestando Contas 2015** será publicado somente em formato eletrônico. O documento poderá ser consultado no Portal da Indústria e estará disponível para download. Para o futuro próximo, a publicação poderá ser acessada por aplicativo em dispositivos móveis (celular e tablet) e terá atualização mensal. Confira em breve.

Como se observará a seguir, este foi um semestre de movimentação e avanços importantes para a pauta legislativa da indústria brasileira.

### AVANÇOS DA PAUTA MÍNIMA

A Pauta Mínima da **Agenda Legislativa** reúne, desde 2006, as propostas de maior relevância para a indústria brasileira. Elas ingressam nessa seleta lista devido ao alto impacto potencial, seja positivo ou negativo, que representam para a competitividade do setor e para o ambiente de negócios nacional como um todo. Cada proposta é classificada de acordo com o tema sobre o qual pretende legislar: regulamentação da economia, meio ambiente, questões institucionais, legislação trabalhista, infraestrutura ou sistema tributário.

Conforme se pôde observar nos veículos de imprensa e análises de especialistas, este tem sido um ano de intensa produção legislativa, com o Congresso Nacional buscando restabelecer protagonismo na formulação de políticas públicas. Esse novo ritmo se refletiu também no andamento de projetos relevantes para a indústria e a Pauta Mínima, sobretudo na Câmara dos Deputados, que supera 2014, o ano mais elevado da série histórica.

Para 2015, foram selecionadas 18 proposições em análise no Congresso Nacional, dentre as 128 incluídas na **Agenda Legislativa**. Em consonância com o momento econômico do país, o setor industrial deu prioridade a propostas de baixo ou nenhum impacto fiscal e

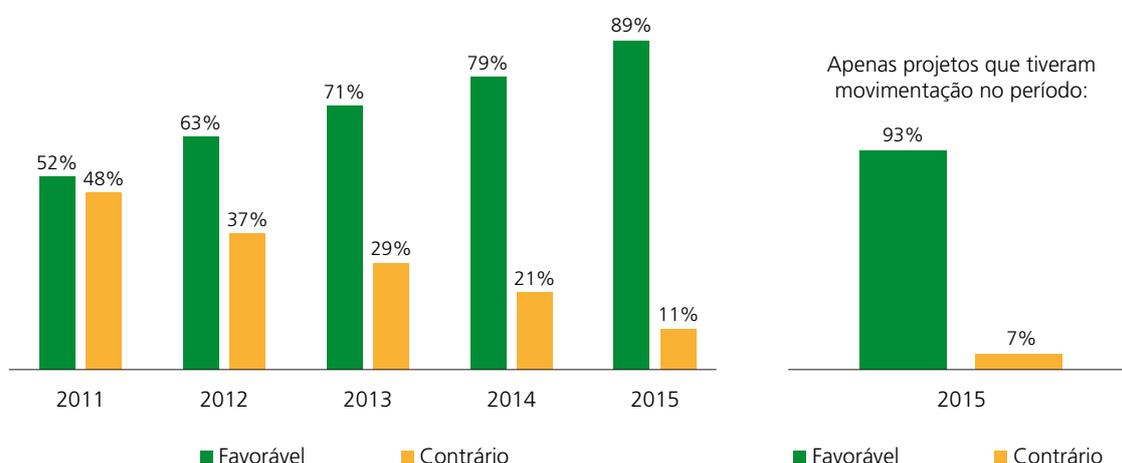


colocou como foco de trabalho projetos que simplifiquem a burocracia e o sistema tributário, aprimorem marcos regulatórios e modernizem as relações de trabalho.

Segundo o balanço deste primeiro semestre, 89% dos projetos avançaram de acordo com os interesses da indústria. Em números, 16 das 18 propostas tiveram movimentação e apenas duas delas permaneceram inalteradas. Dentre as que não andaram, merece destaque a proposta de emenda à Constituição que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, cujo posicionamento da indústria é divergente. Desconsideradas as proposições que não sofreram alteração na sua tramitação, nota-se que 93% - ou 14 das 15 - progrediram em concordância com os anseios da indústria.



**Grafico 1** TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DA PAUTA MÍNIMA X INTERESSE DA INDÚSTRIA (1º SEMESTRE DE 2011 A 2015)



Fonte: CNI

Nesse conjunto, duas propostas foram convertidas em lei: as regras de Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado (PLC 2/2015) e a Medida Provisória 664/2015, que alterou normas para benefícios previdenciários (pensão por morte e auxílio doença). Em ambos os casos, o teor das leis sancionado pela Presidência da República estava bastante convergente com a posição da indústria defendida durante a tramitação dos projetos no Congresso Nacional.

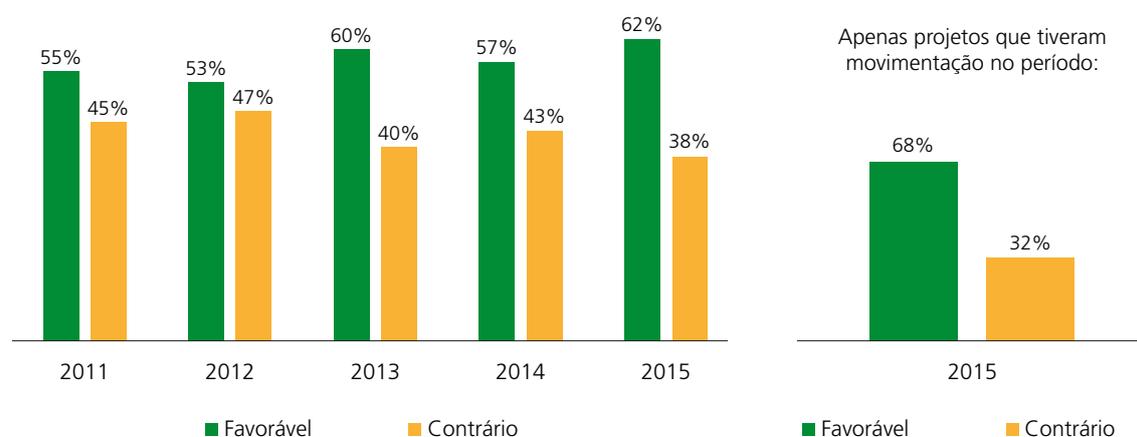
### RADIOGRAFIA DOS PROJETOS DA AGENDA LEGISLATIVA 2015

Quando se analisam as discussões e deliberações do Congresso Nacional, neste primeiro semestre, percebe-se que a pauta prioritária da indústria mantém destaque no dia a dia legislativo, confirmando tendência do Prestando Contas desde 2011. Mais uma vez, buscou-se alinhar as prioridades ao momento econômico e político do país, fator que refletiu no avanço significativo de projetos conforme a posição do setor industrial, na comparação com aqueles divergentes aos interesses da indústria.

Neste primeiro semestre, o **Prestando Contas** identificou que 62% das proposições de interesse avançaram em consonância com os anseios da indústria. A marca é a mais elevada da série histórica e representa um avanço considerável em relação ao mesmo período de 2014. Quando se desconsidera os que permaneceram com tramitação inalterada, os resultados se mostram mais positivos: 68% das propostas que evoluíram, o fizeram de forma favorável e as 32% restantes, caminharam no sentido contrário.



**Grafico 2** TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DA AGENDA LEGISLATIVA X INTERESSE DA INDÚSTRIA (1º SEMESTRE DE 2011 A 2015)



Fonte: CNI

Dentre as propostas que tramitaram de forma positiva, deve-se chamar a atenção para projetos que estavam, há anos, no foco de atuação da indústria no Congresso Nacional. Por exemplo, a regulamentação a terceirização (PL 4330/2004), aprovada pela Câmara dos Deputados após 11 anos de debates. Embora exija aprimoramento, o texto que chega ao Senado manteve o fim da distinção entre atividade-fim e atividade-meio, ponto central do texto para o setor produtivo.

Na esfera das relações do trabalho, também se pode destacar a tramitação da proposta que susta a Norma Regulamentadora nº 12 (PDC 1408/2013), marco legal de segurança em máquinas e equipamentos. Há dois anos na **Agenda Legislativa**, o projeto foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC) da Câmara dos Deputados e há pedido de urgência apresentado, com votação pendente. A medida é de grande relevância para o setor industrial, devido à inviabilidade técnica e financeira para o total cumprimento da NR 12.

Outro projeto que evoluiu positivamente no semestre foi o que trata da penhora *online* e desconsideração da personalidade jurídica nas execuções trabalhistas (PL 5140/2005). A proposta disciplina o instituto, ao estender para a esfera trabalhista regras já em vigor no processo civil, dando maior segurança às empresas, ao mesmo tempo em que resguarda os



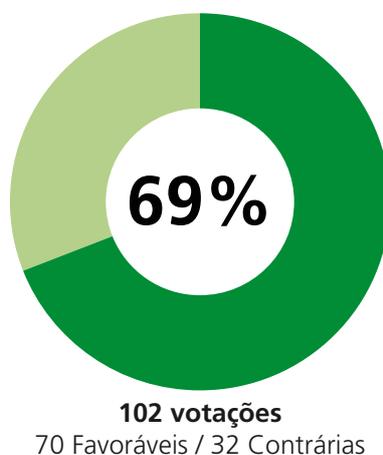
interesses dos trabalhadores. O projeto também avança ao inibir o uso indiscriminado do dispositivo da desconsideração da personalidade jurídica.

### PROPOSIÇÕES ACOMPANHADAS PELA CNI

O **Prestando Contas** identifica, ainda, avanços na pauta de interesse da indústria em projetos não incluídos na **Agenda Legislativa 2015**. Foi aprovado em comissão especial e está pronto para votação no Plenário da Câmara dos Deputados o projeto que prorroga prazo para empresas inscritas no Supersimples tenham o direito de parcelar débitos fiscais (PLP 25/2007), tema contemplado na Agenda com o PLS-Complementar 476/2013. A proposta se junta ao PLP 45/2015 como projetos que trazem benefícios para as micro e pequenas empresas, este último ao fixar alíquota máxima na aquisição de produtos sujeitos a substituição tributária. Aprovado pelo Senado, o projeto está na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

O novo protagonismo assumido pela Câmara dos Deputados refletiu diretamente no número de propostas deliberadas, neste primeiro semestre. Das 102 votações de interesse, 69% resultaram em convergência com a posição da indústria e apenas 31% foram desfavoráveis.

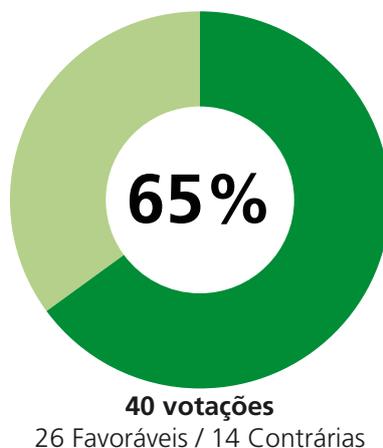
**Grafico 3** VOTAÇÕES POSITIVAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Fonte: Legisdata/CNI

No primeiro semestre, o Senado Federal deliberou 40 vezes projetos com posicionamento do setor produtivo, em 65% o resultado foi favorável. Na contramão, 35% dos encaminhamentos não atendem aos anseios da indústria.

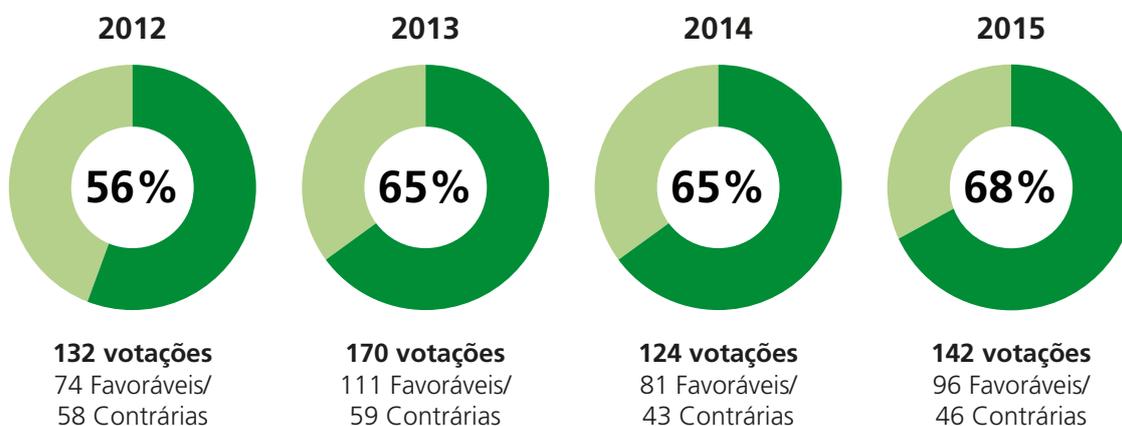
**Grafico 4** VOTAÇÕES POSITIVAS NO SENADO FEDERAL



Fonte: Legisdata/CNI

Juntos, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal realizaram 142 votações de interesse do setor industrial. Em relação aos anos anteriores pode-se observar um aumento na convergência dos resultados com o posicionamento da CNI.

**Grafico 5** RESULTADOS FAVORÁVEIS NAS DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL ANO A ANO



Fonte: Legisdata/CNI



# Pauta Mínima



## Regulamentação da Economia



### Nova Lei de Licitações

**PLS 559/2013** da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do SF, que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências".

Foco: Normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública.

*Vide página 17 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE COM RESSALVAS**

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Tramitação simultânea nas Comissões de Justiça, onde aguardava parecer da relatora, senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, em ambas sem designação de relatoria.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Tramitação simultânea; aguardava designação de relatorias nas Comissões de Justiça, Infraestrutura e Assuntos Econômicos.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Tramitação simultânea nas Comissões de Justiça, onde aguarda parecer do relator, senador Eunício Oliveira (PMDB/CE), de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, em ambas sem designação de relatoria.

### PRESTANDO CONTAS

Com a saída dos principais atores envolvidos no processo de tramitação da matéria no Senado (entre outros, os senadores Francisco Dornelles - PP/RJ e Kátia Abreu - PMDB/TO), deu-se prioridade à discussão sobre o mesmo tema na Câmara dos Deputados. O texto apresentado como substitutivo pelo senador Dornelles vem sendo utilizado, por alguns parlamentares, como base para o debate na Comissão Especial criada pela Câmara, presidida pelo deputado Carlos Marun (PMDB/MS) e relatada pelo deputado Mário Heringer (PDT/MG).

### Desconsideração da Personalidade Jurídica

- PLC 69/2014** (PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo - PSDB/PE), que “Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências”.
- Foco: Desconsideração da personalidade jurídica.
- Vide página 19 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- CD - Aprovado o projeto com substitutivo e remetido ao Senado Federal.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD - Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF - Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

#### **PRESTANDO CONTAS**

O Governo não tem interesse em prosseguir com a tramitação e está trabalhando para inviabilizar seu andamento célere. Contudo, ações estão sendo adotadas, como solução parcial das questões referentes à desconsideração, no sentido de apoiar propostas de alteração no novo CPC (PL 8142/2014), de regras para execução trabalhista (PLS 606/2011) e penhora *online* (PL 5140/2005).



## Transição para a Exclusão do SIMPLES



**PLS-C 476/2013** do senador Armando Monteiro (PTB/PE), que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempresendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional”.

Foco: Modificação dos prazos e condições para exclusão de empresas do Simples Nacional.

*Vide página 22 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava parecer do relator, senador José Pimentel (PT/CE), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Passou a tramitar em conjunto com os PLS 63, 246, 344/2011, 270/2012, 125, 354/2013, e 16/2014, todos complementares. Recebeu nova distribuição para as Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia, Assuntos Econômicos e Assuntos Sociais, onde aguardava designação de relatoria.

#### 30/06/2015

- SF – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Otto Alencar (PSD/BA), pela aprovação do PLS-C 246/2011, apensado, com substitutivo.

### PRESTANDO CONTAS

As ações estão sendo desenvolvidas junto ao relator da matéria, no sentido de um alinhamento do seu parecer. Por conta da velocidade de apreciação de matérias pela Câmara dos Deputados no primeiro semestre de 2015, este tema também tem tido andamento mais célere naquela Casa. Comissão Especial aprovou o PLP 25/2007 que, atualmente, aguarda deliberação plenária em regime de urgência.

## Questões Institucionais



### Uniformização de Normas sobre Processo Administrativo Fiscal

**PLP 381/2014** (PLS-C 222/2013 do senador Vital do Rêgo - PMDB/PB), que “Estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Foco: Definição de normas gerais sobre o processo administrativo fiscal no âmbito das administrações tributárias.

*Vide página 23 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Mário Feitosa (PMDB/CE), na Comissão de Finanças.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguarda parecer do relator, deputado Fernando Monteiro (PP/PE), na Comissão de Finanças.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Ações estão sendo desenvolvidas junto ao relator da matéria com apresentação de material técnico para subsidiar a elaboração de seu parecer. A presidência da comissão também foi contatada para tentar dar celeridade à matéria.

## Meio Ambiente



### Normas para o Licenciamento Ambiental

**PL 3729/2004** do deputado Luciano Zica (PT/SP) e Outros, que “Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Foco: Estabelecimento de normas para o licenciamento ambiental.

*Vide página 26 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado com substitutivo, na Comissão de Agricultura, o projeto aguardava parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, deputado Adrian - PMDB/RJ.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo, na Comissão de Agricultura, o projeto aguardava nova designação de relatoria na Comissão de Meio Ambiente.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo, na Comissão de Agricultura, o projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, deputado Ricardo Tripoli - PSDB/SP.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Entidades trabalham no alinhamento de um posicionamento único que vem sendo discutido entre confederações patronais, ministérios e entidades da sociedade interessadas no tema. Nota técnica foi encaminhada ao relator. Gestões foram realizadas com a presidência da comissão, com candidatos à relatoria do projeto, com assessoria técnica da Câmara dos Deputados e com outros parlamentares que apresentaram propostas sobre licenciamento. Existe a previsão de que, após contato com a presidência da Câmara, a matéria possa receber urgência.



### Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado



**PL 7735/2014** (PLC 2/2015, do Poder Executivo), que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

Foco: Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

*Vide página 28 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramitando em regime de urgência, aguardava a criação de Comissão Especial.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Tramitando em regime de urgência, estava pendente de designação de relatoria nas Comissões de Ciência e Tecnologia, Agricultura, Assuntos Econômicos, Meio Ambiente e de Justiça. Em Plenário, esperava entrada na Ordem do Dia.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovadas parcialmente as emendas do Senado Federal.
- Transformado na Lei nº 13.123/2015 com vetos.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Gestões foram realizadas em todas as fases de tramitação da matéria, culminando com a aprovação do projeto e sanção da Lei nº 13.123/2015. Interessados ainda avaliam a hipótese de se tentar a derrubada de dois vetos presidenciais.

## Infraestrutura



### Marco Legal das Agências Reguladoras

**PL 5442/2013** do deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ), que “Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, da Medida Provisória nº 2.228- 1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências”.

Foco: Instituição de controle externo das Agências Reguladoras.

*Vide página 30 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVAS**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 2275/2003 (PLS 38/2003), que aguarda constituição de Comissão Especial.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Em razão da inexistência, até o momento, de uma alternativa de texto que permita apoio do setor empresarial, gestões como apensação de projetos e solicitação de tramitação em Comissão Especial foram realizadas para postergar a apreciação da matéria.

## Legislação Trabalhista

### Redução da Jornada de Trabalho

**PEC 231/1995** do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE), que “Altera os incisos XIII e XVI do art. 7º da Constituição Federal”.

Foco: Redução da jornada de trabalho.

*Vide página 33 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, a proposta foi aprovada com substitutivo na Comissão Especial. Aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Vigilância permanente de setores contrários à matéria inibiram as ações que tentavam sua aprovação.



## Exigência de Dupla Visita nas Fiscalizações de Trabalho



**PLS 149/2014** do senador Cidinho Santos (PR/MT), que “Modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho”.

Foco: Dupla visita nas fiscalizações do trabalho.

*Vide página 34 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Paulo Paim (PT/RS), na Comissão de Assuntos Sociais.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Sociais.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado requerimento de redistribuição, a matéria agora vai às Comissões de Meio Ambiente, onde aguarda parecer do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), de Justiça e de Assuntos Sociais.

### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados procuraram diversos senadores, para solicitar apoio e demonstrar tecnicamente o quanto a aprovação da matéria é importante para o setor empresarial. Em razão do material apresentado, o senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) solicitou a relatoria do projeto. Outros setores atuaram para ampliar o número de comissões responsáveis pelo exame da matéria.

### Competência para Embargar ou Interditar Estabelecimentos



**PL 6897/2013** do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/SP), que “Dá nova redação ao art. 161 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando estabelecer competências e critérios para embargo de obra, interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador ou trabalhadores”.

Foco: Fixação de competências e critérios para embargo de obra e interdição de estabelecimentos.

*Vide página 35 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

##### ATÉ 30/06/2014

- CD – Tramitava apensado ao PL 6742/2013, que aguardava parecer do relator, deputado Policarpo (PT/DF), na Comissão de Trabalho.

##### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 6742/2013, que aguardava designação de relatoria na Comissão de Trabalho.

##### ATÉ 30/06/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 6742/2013, que aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio (SD/GO), na Comissão de Trabalho.

#### PRESTANDO CONTAS

Articulação no sentido de sugerir nova relatoria. Realizado contato e apresentado material técnico ao novo relator, pela rejeição do PL 6742/13 e aprovação do apensado, PL 6897/13.

## Novas Exigências para Máquinas e Equipamentos – NR 12



**PDC 1408/2013** do deputado Silvio Costa (PSC/PE), que “Susta a aplicação da NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, do Ministério do Trabalho e Emprego MTE”.

Foco: Susta a NR 12 do MTE - Segurança em Máquinas e Equipamentos.

*Vide página 36 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Roberto Santiago (PSD/SP), na Comissão de Trabalho.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Benjamin Maranhão (SD/PB), na Comissão de Trabalho.

#### ATÉ 30/06/2015

- CD – Com nova distribuição, o projeto foi aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico e aguarda a designação de relatoria na Comissão Especial.

### PRESTANDO CONTAS

Gestões de setores interessados levaram à aprovação da matéria na Comissão de Desenvolvimento Econômico, como também à apresentação de requerimento de urgência para a tramitação do projeto subscrito por líderes de diversos partidos. Ações serão desenvolvidas para convencimento da Mesa da Casa, sobre a inclusão da matéria na pauta deliberativa do Plenário. Outros setores trabalham pela realização de audiências públicas e pela análise do PDC por outras comissões permanentes.

### Terceirização

**PLC 30/2015** (PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel - PMDB/GO), que “Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes”.

Foco: Regulamentação da terceirização.

*Vide página 38 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado o projeto com emendas nas Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Trabalho, expirado o prazo de apreciação da Comissão de Justiça. Aguardava inclusão na Ordem do Dia do Plenário, pendente de parecer da Comissão de Justiça.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **PRESTANDO CONTAS**

**CÂMARA:** Articulação no sentido de desarquivar e incluir na Ordem do Dia do Plenário da Câmara. Envio de material técnico aos líderes, assessores e deputados. Realizações de reuniões para promover entendimento aos diversos entes interessados na matéria com o relator e lideranças partidárias. Matéria aprovada e remetida ao Senado.

**SENADO:** Diversos setores procuram senadores para desmistificar os pontos da terceirização que mais prejudicam o debate transparente da matéria. Além dos esclarecimentos para os senadores, existem muitas ações com o intuito de explicar para toda a sociedade a necessidade de regulamentação e toda a segurança jurídica que o projeto traz, tanto para o setor laboral, quanto para o patronal. Setores com posicionamento diverso disputam a indicação de relatores nas quatro comissões por onde o projeto tramitará.



## Novas Regras sobre Dispensa de Empregados



**MSC 59/2008** do Poder Executivo, que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Término da Relação de Trabalho por iniciativa do Empregador”.

Foco: Adoção da Convenção 158 da OIT.

*Vide página 39 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Rejeitada nas Comissões de Relações Exteriores e de Trabalho, a mensagem aguardava parecer do relator, deputado Assis Melo (PCdoB/RS) na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Rejeitada nas Comissões de Relações Exteriores e de Trabalho, a mensagem aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Rejeitada nas Comissões de Relações Exteriores e de Trabalho, a mensagem aguarda parecer do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), na Comissão de Justiça.

### **PRESTANDO CONTAS**

Articulação no sentido de sugerir nova relatoria na CCJC. Foram realizados contatos e apresentados subsídios técnicos ao relator.

### Reconhecimento Pleno das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho



**PL 4193/2012** do deputado Irajá Abreu (PSD/TO), que “Altera a redação do art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho”.

Foco: Reconhecimento pleno às convenções e acordos coletivos de trabalho.

*Vide página 41 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

##### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Silvio Costa (PSC/PE), na Comissão de Justiça.

##### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

##### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Silvio Costa (PSC/PE), favorável ao projeto, na Comissão de Justiça.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Gestões realizadas com o deputado Silvio Costa (PSC/PE), para manutenção de relatoria. Contatos serão mantidos com presidência e membros da Comissão para inclusão da matéria em sua pauta deliberativa.

## Sistema Tributário



### Convalidação de Incentivos Fiscais de ICMS

**PLP 54/2015** (PLS-C 130/2014 da senadora Lúcia Vânia - Sem Partido/GO), que “Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”.

Foco: Convalidação de incentivos fiscais de ICMS.

*Vide página 42 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

##### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Luiz Henrique (PMDB/SC), favorável com substitutivo.

##### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo, com rejeição das emendas de Plenário, na Comissão de Assuntos Econômicos. Aguardava inclusão na Ordem do Dia do Plenário.

##### ATÉ 30/06/2015

- SF – aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aguarda parecer da relatora, deputada Soraya Santos (PMDB/RJ), na Comissão de Finanças.

#### PRESTANDO CONTAS

Os setores defendem mecanismos que impeçam a chamada “guerra fiscal”, mas sem intervir na competência de cada ente federado para dispor sobre suas receitas. Nesse sentido, foram feitas gestões junto às lideranças do Senado visando a aprovação da matéria. Contatos com a presidência da Comissão para demonstrar a importância da matéria, levaram à avocação da relatoria pela deputada Soraya Santos (PMDB/RJ).

## Crédito financeiro do IPI, PIS e COFINS

**PL 6530/2009** (PLS 411/2009 do senador Francisco Dornelles - PP/RJ), que “Altera as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, e 11.457, de 16 de março de 2007, para estender o direito a crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição para o PIS/PASEP à aquisição dos bens que especifica para prever a incidência da taxa Selic sobre valores objeto de ressarcimento e para permitir que a pessoa jurídica exportadora compense créditos dessas contribuições com a Contribuição para a Seguridade Social a seu cargo”.

Foco: Crédito Financeiro do IPI.

*Vide página 43 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado na Comissão de Finanças, o projeto aguardava apreciação do parecer pela constitucionalidade do relator, deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), na Comissão de Justiça.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado na Comissão de Finanças, o projeto aguardava designação de relatoria, na Comissão de Justiça.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado na Comissão de Finanças, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Manoel Júnior (PMDB/PB), na Comissão de Justiça.

#### PRESTANDO CONTAS

Material técnico e argumentação foram levados a parlamentares membros da Comissão, que solicitaram a relatoria da matéria. Como o projeto tem efeitos fiscais, o relator aguarda o melhor momento para apresentar seus argumentos.

## Código de Defesa do Contribuinte



**PLS-C 298/2011** da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), que “Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte”.

Foco: Direitos e garantias do contribuinte.

*Vide página 45 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Justiça, o projeto aguardava apreciação do parecer do relator, senador Armando Monteiro (PTB/PE), favorável com substitutivo, na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Justiça, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Justiça, o projeto aguarda parecer do relator, senador Douglas Cintra (PTB/PE), na Comissão de Assuntos Econômicos.

### PRESTANDO CONTAS

Tramitando na Câmara e Senado, o tema sofre resistência por parte do Executivo. Gestões dos setores interessados permitiram a indicação de relatores nas duas Casas, favoráveis à aprovação da matéria. Aguarda momento mais oportuno para inclusão na pauta deliberativa das Comissões.

## Infraestrutura Social

### Alteração de Benefícios Previdenciários

PLV 4/2015

(MPV 664/2014 do Poder Executivo), que “Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003”.

Foco: Alteração das regras para o auxílio doença e pensão por morte.

*Vide página 47 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

##### ATÉ 30/06/2014

- CN – MP apresentada em 30/12/2014.

##### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CN – Aguardava parecer da Comissão Mista.

(Presidente: senador José Pimentel – PT/CE, Relator: deputado Carlos Zarattini – PT/SP, Relator revisor: senador Telmário Mota – PDT/RR).

Obs.: Apresentadas 517 emendas. Prazo no CN: 01/06/2015.

##### ATÉ 30/06/2015

- CN – Aprovada na Comissão Mista, na forma do PLV 4/2015.
- CD – Aprovado o PLV 4/2015.
- SF – Aprovado o PLV 4/2015.
- Transformado na Lei nº 13.135/ 2015, com vetos parciais.

#### PRESTANDO CONTAS

A Medida Provisória foi objeto de articulações do setor produtivo que alcançaram êxito na exclusão de dispositivo que ampliava de 15 para 30 dias a responsabilidade do empregador de arcar com o afastamento do empregado por auxílio doença. Dispositivo que permitia a celebração de convênios com entidades privadas para realização de perícias médicas foi vetado pela Presidente da República.

# Regulamentação da Economia



## DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS



**PLC 69/2014** (PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo - PSDB/PE), que “Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências”.

Foco: Desconsideração da personalidade jurídica.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 32.*

**PLS 316/2013** do senador Paulo Paim (PT/RS), que “Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes”.

Foco: Prazo para exame e concessão de pedidos de registro de marcas e patentes.

*Vide página 53 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava apreciação do parecer do relator, senador Luiz Henrique (PMDB/SC), favorável ao projeto com emendas, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Luiz Henrique (PMDB/SC), na Comissão de Ciência e Tecnologia.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF - Aguarda parecer do relator, senador Cristovam Buarque (PDT/DF), na Comissão de Ciência e Tecnologia.

### **PRESTANDO CONTAS**

Falecimento do relator atrasou a tramitação da matéria. Material técnico e argumentações foram apresentadas ao novo relator com vistas à elaboração de parecer pela aprovação.

**PLS 559/2013** da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do SF, que “Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.

Foco: Normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 31.*



**PLS 133/2014** do senador Alfredo Nascimento (PR/AM), que “Altera a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica, e dá outras providências, para simplificar o procedimento de importação de substâncias sujeitas a controle especial para pesquisa científica e tecnológica”.

Foco: Simplificação da importação para fins de pesquisa de agentes credenciados do CNPq.

*Vide página 54 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Luiz Henrique (PMDB/SC), na Comissão de Assuntos Econômicos.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Novo despacho para incluir a Comissão de Educação, onde aguardava designação de relatoria.

### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aguarda parecer do relator, senador Romário (PSB/RJ), na Comissão de Educação.

## PRESTANDO CONTAS

Nota técnica elaborada e apresentada ao novo relator na Comissão de Educação do Senado.

**PL 2289/2007** do deputado Beto Faro (PT/PA), que “Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências”.

Foco: Aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoas estrangeiras.

*Vide página 54 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Relações Exteriores e Agricultura, aguardava constituição de Comissão Especial.

### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

## **PRESTANDO CONTAS**

Questão tratada de forma ideológica por diversos atores envolvidos impediram a tramitação normal do projeto. Aguarda constituição de Comissão Especial. Medida judicial (APDF 342) foi proposta pela Sociedade Rural Brasileira (SRB) junto ao Supremo tribunal Federal com o objetivo de que o Tribunal reconheça a incompatibilidade de dispositivos da Lei que regula a aquisição de terras estrangeiras (Lei nº 5.709/1971), que dão tratamento diferenciado a empresas nacionais de capital estrangeiro, com a Constituição Federal.

**PL 7477/2014** do deputado Antonio Balhmann (PROS/CE), que “Dispõe sobre a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados e dá outras providências”.

Foco: Regulação da relação contratual de distribuição de produtos industrializados.

*Vide página 56 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava parecer do relator, senador Valdivino de Oliveira (PSDB/GO), na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Redistribuído à Comissão de Defesa do Consumidor, onde aguarda parecer do relator, deputado Eli Corrêa Filho (DEM/SP).

### **PRESTANDO CONTAS**

Por falta de acordo na Comissão de Desenvolvimento Econômico entre os setores interessados no tema, o autor e o relator, deputado Laercio Oliveira (SD/SE), solicitou-se audiência da Comissão de Defesa do Consumidor. Na CDC, material técnico e argumentação foram apresentados ao seu presidente que, por entender a relevância do tema, avocou a relatoria da matéria.

## DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO



**PL 2177/2011** do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE), que “Institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

Foco: Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

*Vide página 59 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão Especial, o projeto aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramitando em regime de urgência e aprovado com substitutivo na Comissão Especial, o projeto aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Discussões entre Governo, setor privado e academia chegaram a consenso para apresentação de parecer do relator.

## COMÉRCIO EXTERIOR E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS



**PLP 90/2011** do deputado Zeca Dirceu (PT/PR), que “Autoriza o Poder Executivo a divulgar, diariamente, os dados relativos a operações de importação e de exportação”.

Foco: Divulgação de estatísticas do comércio exterior pela Fazenda Pública.

*Vide página 61 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico e Finanças, aguardava parecer do relator, deputado André Moura (PSC/SE), na Comissão de Justiça.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico e Finanças, aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### ATÉ 30/06/2015

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico e Finanças, aguarda parecer do relator, deputado André Moura (PSC/SE), na Comissão de Justiça.

### PRESTANDO CONTAS

Material técnico foi apresentado a parlamentares com interesse no tema, que se candidatarão à relatoria do projeto. Qualidade da argumentação utilizada, leva à pacificação de entendimento favorável à aprovação da matéria.

**PL 717/2003** (PLC 176/2008) do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), que “Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal”.

Foco: Sujeição dos produtos importados a normas de certificação de conformidade.

*Vide página 61 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS

### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Tramita em regime de urgência. Aprovadas as emendas do Senado Federal nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Na Comissão de Justiça, aguardava parecer do relator, deputado José Mentor (PT/SP).

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Tramita em regime de urgência. Aprovadas as emendas do Senado Federal nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Na Comissão de Justiça, aguardava designação de relatoria.

### ATÉ 30/06/2015

- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Tramita em regime de urgência. Aprovadas as emendas do Senado Federal nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Defesa do Consumidor. Na Comissão de Justiça, aguarda parecer do relator, deputado José Mentor (PT/SP).

### PRESTANDO CONTAS

Falta de consenso sobre textos apresentados impediram o avanço da matéria. A relatoria na CCJC não demonstra interesse na apresentação de parecer ou na inclusão em pauta. Articulações serão realizadas no segundo semestre para que a deliberação se dê no Plenário.

## MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



**PLS-C 476/2013** do senador Armando Monteiro (PTB/PE), que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar prazos e condições de exclusão do Simples Nacional e do regime especial do microempreendedor individual, para criar faixas intermediárias de renda para microempresa nos Anexos I, II e III e para revogar a vedação ao usufruto de incentivos fiscais para optantes do Simples Nacional”.

Foco: Modificação dos prazos e condições para exclusão de empresas do Simples Nacional.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 33.*

**PLS-C 161/2014** do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), que “Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para excetuar os optantes pelo Simples Nacional da possibilidade de figurar como substitutos tributários”.

Foco: Possibilidade de microempresas figurarem como substituto tributário.

*Vide página 64 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Armando Monteiro (PTB/PE), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aguarda apreciação do parecer do relator, senador Douglas Cintra (PTB/PE), pela prejudicialidade da matéria.

### PRESTANDO CONTAS

Matéria complexa com vários pontos de resistência do Governo, principalmente do Ministério da Fazenda e da Receita Federal. Encontra dificuldades para votação no Senado mesmo com a elaboração e a apresentação de subsídios favoráveis ao projeto a parlamentares com interesse no tema. A utilização do mecanismo da substituição tributária de forma generalizada acaba por retirar o benefício previsto na legislação do Simples Nacional.

**PLP 351/2013** do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para estabelecer que as multas aplicadas pela legislação fiscal não poderão exceder a 2% (dois por cento)”.

Foco: Limitação a 2% da incidência de multa de mora e ofício aplicadas pela legislação do Simples Nacional.

*Vide página 65 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **.CONVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Antonio Balhmann (PROS/CE), contrário ao projeto, na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### ATÉ 30/06/2015

- CD – Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguarda designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### PRESTANDO CONTAS

Ações realizadas na sugestão de participação nas discussões a parlamentares com interesse no tema, inclusive incentivo à solicitação de relatoria na comissão.

**PLP 414/2014** do deputado Felipe Maia (DEM/RN), que “Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”.

Foco: Cria regime de transição do Simples Nacional para o regime de lucro real ou presumido.

*Vide página 66 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Projeto apresentado em 05/08/2014.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PLP 130/2007 que, aprovado com emendas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PLP 130/2007 que, aprovado com emendas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, aguarda parecer do relator, deputado Pauderney Avelino (DEM/AM), na Comissão de Finanças.

### **PRESTANDO CONTAS**

Ações estão sendo desenvolvidas junto ao relator na Comissão de Finanças.

## RELAÇÕES DE CONSUMO



**PLS 281/2012** do senador José Sarney (PMDB/AP), que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico”.

Foco: Reforma do CDC / Normas gerais de proteção do consumidor no comércio eletrônico e aplicação de medidas corretivas.

*Vide página 67 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão Temporária da Reforma do Código do Consumidor, o projeto aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão Temporária da Reforma do Código do Consumidor, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF - Aprovado com substitutivo na Comissão Temporária da Reforma do Código do Consumidor, o projeto aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), pela aprovação com emenda substitutiva.

### **PRESTANDO CONTAS**

O relator reapresentou o parecer aprovado na Comissão Temporária, que foi alvo de aperfeiçoamentos sugeridos pelos diversos setores interessados. A despeito dos avanços obtidos, foi encaminhado aos parlamentares material técnico com sugestões de alteração de alguns pontos negativos que permanecem no texto.

**PL 2010/2011** (PLS 536/2009 do senador Paulo Paim - PT/RS), que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar a disponibilização de meios eficazes para viabilizar o reparo em garantia de produtos”.

Foco: Novas regras de garantia contra vícios do produto.

*Vide página 71 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Silas Câmara (PSD/BA), pela constitucionalidade com substitutivo.

### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguarda novo parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Silas Câmara (PSD/BA), em razão do apensamento de novos projetos.

### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

## **PRESTANDO CONTAS**

Estratégias regimentais, como apensação de projetos e redistribuição a nova comissão, foram adotadas de forma a evitar a aprovação da matéria em uma única comissão.

PL 557/2015

do deputado João Fernando Coutinho (PSD/PE), que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas produtoras de medicamentos, alimentos e material de limpeza a utilizar a escrita 'braille' nas embalagens de seus produtos”.

Foco: Inserção obrigatória de caracteres em Braille em rótulos e embalagens.

*Vide página 72 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Projeto apresentado em 04/03/2015.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 5504/2005 (PLS 24/2004): rejeitado pela Comissão de Seguridade Social, foi aprovado pelas Comissões de Defesa do Consumidor e de Justiça. Aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### ATÉ 30/06/2015

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### PRESTANDO CONTAS

As ações da CNI acompanham as recomendações dos segmentos específicos com interesse sobre a matéria. O setor industrial acompanha o projeto com prioridade empenhando esforços na defesa da sua posição.

# Questões Institucionais



**PLS 236/2012** do senador José Sarney (PMDB/AP), que “Reforma o Código Penal Brasileiro”.

Foco: Novo Código Penal.

*Vide página 75 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo na Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro; aguardava parecer do relator na Comissão de Justiça, senador Vital do Rêgo (PMDB/PB).

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo na Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro, aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Por conta de amplas divergências entre diversos interessados no tema, a matéria não encontra espaço para apreciação no momento.

**PLS 487/2013** do senador Renan Calheiros (PMDB/AL), que “Reforma o Código Comercial”.

Foco: Novo Código Comercial.

*Vide página 79 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE COM RESSALVA**

### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguarda constituição da Comissão Temporária de Reforma do Código Comercial.

### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

## **PRESTANDO CONTAS**

Atuação no projeto em tramitação na Câmara sobre o mesmo tema - PL 1572/2011, com tramitação mais acelerada. Acompanhamento das discussões promovidas pela Comissão Especial que analisa o projeto e, tendo em vista a inviabilidade de sustentar um posicionamento puramente divergente ao projeto, busca-se uma proposta alternativa do setor produtivo para ser submetido ao relator da matéria.

**PDS 147/2014** (PDC 1491/2014, do deputado Mendonça Filho - DEM/PE e outros), que “Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências”.

Foco: Susta o Decreto de criação do Sistema Nacional de Participação Social.

*Vide página 83 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Trabalho.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado o projeto.
- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

A simples aprovação do PDC na Câmara dos Deputados desmotivou os trabalhos do conselho criado pelo Decreto que se pretende sustar. Mesmo sem tramitação, o projeto atinge seu propósito.

**PEC 352/2013** do deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP), que “Altera os arts. 14, 17, 27, 29, 45 e 121 da Constituição Federal, para tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e de coligações, dispor sobre o financiamento de campanhas eleitorais, estabelecer cláusulas de desempenho para candidatos e partidos, prazo mínimo de filiação partidária e critérios para o registro dos estatutos do partido no Tribunal Superior Eleitoral, determinar a coincidência das eleições e a proibição da reeleição para cargos do Poder Executivo, regular as competências da Justiça Eleitoral e submeter a referendo as alterações relativas ao sistema eleitoral”.

Foco: Reforma Política.

*Vide página 84 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Esperidião Amin (PP/SC), pela admissibilidade da proposta.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Tramitava apensada à PEC 182/2007 (PEC 23/2007 - SF) que, aprovada com substitutivo no Senado Federal e admitida pela Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, aguardava instalação de Comissão Especial.

#### ATÉ 30/06/2015

- CD – Prejudicada em razão da aprovação em primeiro turno da PEC 182/2007 (PEC 23/2007 - SF), já aprovada com substitutivo no Senado Federal, admitida pela Comissão de Justiça, aprovada com substitutivo na Comissão Especial e em primeiro turno no Plenário da Câmara dos Deputados.

### PRESTANDO CONTAS

Acompanhamento dos debates realizados com interessados no tema, levantamento de dados estatísticos, comparativos internacionais e sugestões aos principais atores envolvidos.

**PLP 381/2014** (PLS-C 222/2013 do senador Vital do Rêgo - PMDB/PB), que “Estabelece normas gerais sobre o processo administrativo fiscal, no âmbito das administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Foco: Definição de normas gerais sobre o processo administrativo fiscal no âmbito das administrações tributárias.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 34.*

**PL 1202/2007** do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), que “Disciplina a atividade de *lobby* e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências”.

Foco: Disciplinamento do *lobby*.

*Vide página 86 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado na Comissão de Trabalho, o projeto aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Cesar Colnago (PSDB/ES), pela aprovação com substitutivo.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado na Comissão de Trabalho, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado na Comissão de Trabalho, o projeto aguarda parecer da relatora na Comissão de Justiça, deputada Cristiane Brasil (PTB/RJ).

### **PRESTANDO CONTAS**

Tema de grande interesse para todos os setores da sociedade, inclusive empresarial, é discutido em diversos fóruns, com participação do autor, relatores, Governo e sociedade civil. Tendência de tramitação mais célere do projeto em tramitação no Senado.



**PL 2412/2007** do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP), que “Dispõe sobre a execução administrativa da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de suas respectivas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências”.

Foco: Execução Administrativa de Créditos Fiscais.

*Vide página 89 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Sandro Mabel (PR/GO).

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguardava instalação da Comissão Especial.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aguarda parecer do relator na Comissão Especial, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

### **PRESTANDO CONTAS**

Proposta com tramitação intermitente. Em momentos específicos, atores ligados ao Executivo e ao Judiciário tentam dar prioridade ao tema. Setores com posicionamento divergente atuam junto aos membros da Comissão, ao relator e a grupo de juristas que debatem o tema, no sentido de dar maior segurança jurídica ao texto em discussão.

# Meio Ambiente



**PEC 72/2011** do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e outros, que “Dá nova redação ao inciso III do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, para determinar que as unidades de conservação da natureza sejam criadas mediante lei”.

Foco: Criação de Unidades de Conservação por meio de Lei.

*Vide página 94 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

O tema vem sendo tratado no âmbito da PEC 215/2000 na Câmara dos Deputados. Falta ambiente político para tramitação desta matéria. Ações vêm sendo desenvolvidas com setores interessados, especialmente silvicultura.

**PLC 2/2015** (PL 7735/2014 do Poder Executivo), que “Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

Foco: Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 36.*

**PLS 368/2012** da senadora Ana Amélia (PP/RS), que “Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas”.

Foco: Autonomia do município para disciplinar APP em áreas urbanas.

*Vide página 95 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado com emenda nas Comissões de Justiça e de Agricultura, o projeto aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, senador Acir Gurgacz (PDT/RO), pela aprovação com emenda.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado com emenda nas Comissões de Justiça e de Agricultura, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Meio Ambiente.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado com emenda nas Comissões de Justiça e de Agricultura, o projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, senador Roberto Rocha (PSB/MA).

### **PRESTANDO CONTAS**

Elaboração e entrega de material técnico ao relator na Comissão de Meio Ambiente.

**PLS 12/2014**

do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), que Dispõe sobre incentivos para fomentar a reutilização de recursos hídricos no âmbito da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

Foco: Incentivos para o reuso de água.

*Vide página 96 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, senador Cícero Lucena (PSDB/PB), pela aprovação com emenda.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado com emendas na Comissão de Meio Ambiente, aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aguarda parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Roberto Rocha (PSB/MA).

### **PRESTANDO CONTAS**

Entrega de material técnico para o relator, com sugestões de aprimoramento ao texto, construídas junto a setores interessados.

**PLP 404/2014** do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), que “Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União”.

Foco: Anuência dos entes federados em licenciamentos ambientais de competência federal.

*Vide página 97 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Meio Ambiente.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguarda parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, deputado Leopoldo Meyer (PSB/PR).

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Elaboração e entrega de material técnico ao relator, com apoio do setor interessado. Demais parlamentares interessados também são procurados para esclarecimentos sobre o tema.

**PL 3729/2004,** do deputado Luciano Zica (PT/SP) e Outros, que “Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Foco: Estabelecimento de normas para o licenciamento ambiental.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 35.*



**PL 266/2007** dos deputados Rogério Lisboa (DEM/RJ) e Márcio Junqueira (PROS/RR), que “Altera a Lei nº 9.985, de 2000, que 'regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências', no que se refere à compensação por significativo impacto ambiental”.

Foco: Cobrança da compensação ambiental.

*Vide página 99 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

CD – Aguardava parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, deputado Marcio Macêdo (PT/SE).

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

CD – Aguardava parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, deputado Augusto Carvalho (SD/DF).

#### **ATÉ 30/06/2015**

CD – Rejeitado na Comissão de Meio Ambiente, o projeto foi arquivado.

### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados apoiaram o parecer do relator pela rejeição da matéria, que culminou no arquivamento do projeto.

**PL 792/2007** do deputado Anselmo de Jesus (PT/RO), que “Dispõe sobre a definição de serviços ambientais e dá outras providências”.

Foco: Compensação financeira por serviços ambientais.

*Vide página 100 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado nas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, o projeto aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Finanças, deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), favorável ao projeto com substitutivo.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado nas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado nas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente, o projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Finanças, deputado Evair de Melo (PV/ES).

### **PRESTANDO CONTAS**

Os setores interessados realizaram reuniões técnicas junto à assessoria do relator para consolidar uma proposta do setor produtivo.

**PL 2732/2011** do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), que “Estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo, cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Substâncias Perigosas e o Fundo Nacional para a Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas e altera art. 8º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010”.

Foco: Diretrizes para a prevenção da contaminação do solo e criação de CIDE.

*Vide página 101 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguardava parecer do relator, deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), na Comissão de Meio Ambiente.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Meio Ambiente.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), na Comissão de Meio Ambiente.

### **PRESTANDO CONTAS**

Sugestões técnicas para melhoria do projeto foram incorporadas ao texto na Comissão de Desenvolvimento Econômico. O mesmo material foi encaminhado a parlamentares interessados no tema, com sugestão para que pleiteiem a relatoria na Comissão de Meio Ambiente.

**PL 3409/2012** do deputado Junji Abe (PSD/SP), que “Torna obrigatória a informação, impressa nos rótulos de artigos de consumo industrializados comercializados no Brasil da forma de descarte ou retorno da embalagem e do produto após o consumo”.

Foco: Rotulagem obrigatória com informações de descarte e retorno.

*Vide página 103 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, aguardava parecer do relator, deputado Alfredo Sirkis (PSB/RJ), na Comissão de Meio Ambiente.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, aguardava designação de relatoria na Comissão de Meio Ambiente.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Arquivado definitivamente por fim de legislatura.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados trabalharam junto ao autor de matéria apenas ao projeto pela manutenção de seu arquivamento.

**PL 5646/2013** do deputado César Halum (PRB/TO), que “Institui incentivo tributário relativo ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com vistas à desoneração de máquinas e equipamentos destinados ao processamento de resíduos sólidos”.

Foco: Redução em até 50% da alíquota de IPI incidente sobre máquinas e equipamentos destinados à reciclagem de resíduos.

*Vide página 104 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

### ATÉ 30/06/2014

- CD – Tramita apensado ao PL 2101/2011, que aguardava parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente, deputado Giovani Cherini (PDT/RS).

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 2101/2011, que aguardava designação de relatoria na Comissão de Meio Ambiente.

### ATÉ 30/06/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 2101/2011, que, aprovado com substitutivo na Comissão de Meio Ambiente, aguarda designação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

## PRESTANDO CONTAS

Foram desencadeadas ações na sugestão de relatoria, oferecido subsídio técnico para a elaboração do parecer do relator e mobilização dos membros da Comissão de Meio Ambiente. A proposição foi aprovada e encontra-se na Comissão de Economia, onde foram realizadas sugestões de relatoria.

**MSC 245/2012** do Poder Executivo, que “Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), concluído durante a 10a Reunião da Conferência das Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), e assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, em Nova Iorque”.

Foco: Acesso a recursos genéticos e repartição dos benefícios associados ao uso da biodiversidade.

*Vide página 105 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguarda constituição da Comissão Especial.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Os setores interessados trabalham, preventivamente, com sugestões para a composição da Comissão Especial. Tema pendente de aprovação de outras normas legislativas para poder ter andamento no Congresso Nacional.

# Legislação Trabalhista



## SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO E CONCILIAÇÃO



**PLS 181/2011** do senador José Pimentel (PT/CE), que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de permitir a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo”.

Foco: Prorrogação automática de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

*Vide página 111 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), pela aprovação do projeto.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aguarda parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Douglas Cintra (PTB/PE).

### **PRESTANDO CONTAS**

Gestões contrárias à aprovação da matéria têm conseguido pouco resultado, por conta de articulações de diversos senadores, favoráveis ao texto. Setores interessados buscam alternativas regimentais para evitar a aprovação definitiva do projeto. A argumentação daqueles contrários ao projeto destaca a importância das negociações e de valorização dos acordos.

**PLS 296/2011** do senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), que “Altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva”.

Foco: Prestação de informações em negociação coletiva de trabalho.

*Vide página 111 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Armando Monteiro (PTB/PE), na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aguarda parecer do relator, senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), na Comissão de Justiça.

### **PRESTANDO CONTAS**

O setor produtivo participou de articulações com os relatores, lideranças e demais interessados no tema com vistas a rejeitar a matéria.

**PL 4193/2012** do deputado Irajá Abreu (PSD/TO), que “Altera a redação do art. 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho”.

Foco: Reconhecimento pleno às convenções e acordos coletivos de trabalho.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 44.*

## ADICIONAIS



**PL 5067/2009** do deputado Guilherme Campos (PSD/SP), que “Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade”.

Foco: Definição da base de cálculo do adicional de insalubridade por acordo ou convenção coletiva.

*Vide página 113 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 2549/1992 (PLS 332/1991), que, aprovado no Senado Federal, foi aprovado também pela Comissão de Justiça e com substitutivo nas Comissões do Trabalho e de Desenvolvimento Econômico. Aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Outros setores interessados trabalham para evitar a apreciação da matéria. As divergências sobre o tema impediram o avanço da discussão pelo Plenário da Câmara.

## ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO



**PL 5684/2009** da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS), que “Dá nova redação ao art. 522 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a eleição de suplentes da diretoria e do conselho fiscal dos sindicatos e sobre a garantia no emprego dos membros da diretoria e do conselho fiscal”.

Foco: Elevação do número de dirigentes sindicais com estabilidade no emprego.

*Vide página 114 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 6706/2009 (PLS 177/2007), que, aprovado no Senado Federal, aguardava parecer do relator na Comissão do Trabalho, deputado Sandro Mabel (PMDB/GO).

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 6706/2009 (PLS 177/2007), que, aprovado no Senado Federal, aguarda parecer do relator, deputado Laércio Oliveira (SD/SE), na Comissão do Trabalho.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Articulação no sentido de sugerir nova relatoria. Foram realizados contatos e apresentados subsídios técnicos ao novo relator. Novos apensamentos de projetos, e falta de parecer do relator impediram a deliberação da matéria na Comissão.

## SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO



**PLS 58/2014** do senador Paulo Paim (PT/RS), que “Acrescenta § 5º ao art. 58 da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências”.

Foco: Aposentadoria especial - Fornecimento de equipamento de proteção individual.

*Vide página 116 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Cyro Miranda (PSDB/GO), na Comissão de Assuntos Sociais.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado com emenda na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto recebeu emendas em Plenário, motivo pelo qual retornou à Comissão, onde aguardava designação de relatoria.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado com emenda na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto recebeu emendas em Plenário, motivo pelo qual retornou à Comissão, onde aguarda parecer do relator, senador Wilder Moraes (DEM/GO), às referidas emendas de Plenário.

### PRESTANDO CONTAS

Setores interessados estiveram com o autor e relator da matéria, apresentando dados técnicos que justificam sua rejeição, porém, com o posicionamento contrário aos pleitos. Com a aprovação do projeto na Comissão de Assuntos Sociais, foi feita uma mobilização para que o projeto fosse apreciado pelo Plenário, onde recebeu duas emendas, que têm o apoio dos setores interessados. O projeto retorna à Comissão, para que sejam apreciadas as emendas apresentadas em Plenário.

**PLS 149/2014** do senador Cidinho Santos (PR/MT), que “Modifica o art. 627 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a observância do critério de dupla visita na fiscalização do trabalho”.

Foco: Dupla visita nas fiscalizações do trabalho.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 39.*



**PL 1981/2003** do deputado Vicentinho (PT/SP), que “Dispõe sobre a participação dos sindicatos no sistema de inspeção das disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício profissional”.

Foco: Participação dos sindicatos nas inspeções do trabalho.

*Vide página 118 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado pela Comissão de Trabalho, o projeto aguardava parecer do relator, deputado Paes Landim (PTB/PI), na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado pela Comissão de Trabalho, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado pela Comissão de Trabalho, o projeto aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Paes Landim (PTB/PI), pela inconstitucionalidade da matéria.

### **PRESTANDO CONTAS**

Matéria complexa com vários pontos de colisão entre os interessados e que encontra dificuldades para prosseguimento de sua apreciação.

**PL 7206/2010** do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP) e outros, que “Altera o caput e revoga os §§ 1º e 2º do art. 21-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a inclusão do critério epidemiológico de caracterização da natureza acidentária da incapacidade, no estabelecimento do nexo causal entre o trabalho e o agravo”.

Foco: Aferição simplificada da natureza acidentária da incapacidade laboral.

*Vide página 119 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Trabalho, deputado Laércio Oliveira (SD/SE), pela rejeição do projeto.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD - Aguardava designação de relatoria na Comissão de Trabalho.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Trabalho, deputado Laércio Oliveira (SD/SE), pela rejeição do projeto.

### **PRESTANDO CONTAS**

Articulações tentam pautar o parecer do relator, que acatou argumentos de setores interessados na rejeição da matéria.

**PL 6897/2013** do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), que “Dá nova redação ao art. 161 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando estabelecer competências e critérios para embargo de obra, interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador ou trabalhadores”.

Foco: Fixação de competências e critérios para embargo de obra e interdição de estabelecimentos.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 40.*

**PDC 1408/2013**, do deputado Silvio Costa (PSC/PE), que “Susta a aplicação da NR-12 - SEGURANÇA NO TRABALHO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, do Ministério do Trabalho e Emprego MTE”.

Foco: Susta a NR 12 do MTE - Segurança em Máquinas e Equipamentos.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 41.*



## DISPENSA

**PL 6356/2005** do deputado Vicentinho (PT/SP), que “Regulamenta a demissão coletiva e determina outras providências”.

Foco: Regulamentação de demissão coletiva.

*Vide página 122 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguardava parecer do relator, deputado Silvio Costa (PSC/PE), na Comissão de Trabalho.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Trabalho.

#### ATÉ 30/06/2015

- CD – Rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Silvio Costa (PSC/PE), na Comissão de Trabalho.

### PRESTANDO CONTAS

Setores contrários ao projeto atuaram na Comissão de Desenvolvimento Econômico, na sugestão de relatoria na Comissão do Trabalho e encaminharam ao relator material técnico para subsidiar o parecer contrário. Aguarda-se melhor momento para que sejam realizadas articulações para inclusão da matéria em pauta.

**PL 948/2011** do deputado Laercio Oliveira (SD/SE), que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de alterar a redação do § 2º do art. 477 da CLT, que trata dos efeitos da quitação das verbas rescisórias”.

Foco: Eficácia liberatória geral da quitação de verbas trabalhistas.

*Vide página 123 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

### ATÉ 30/06/2014

- CD – Tramita apensado ao PL 6431/2009, que aguardava apreciação do parecer do relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), pela rejeição deste e favorável ao PL 948/2011.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 6431/2009, que aguardava designação de relatoria.

### ATÉ 30/06/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 6431/2009, que aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), pela rejeição deste e favorável ao PL 948/2011.

## PRESTANDO CONTAS

Articuladas ações para elaboração de parecer, sugestão de relatoria, inclusão em pauta e preferência para permitir apreciação de parecer contrário ao projeto.

**MSC 59/2008** do Poder Executivo, que “Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Término da Relação de Trabalho por iniciativa do Empregador”.

Foco: Adoção da Convenção 158 da OIT.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 43.*

## JUSTIÇA DO TRABALHO



**PLS 606/2011** do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que “Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho”.

Foco: Novas regras para execução trabalhista.

*Vide página 124 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, senador Eduardo Braga (PMDB/AM), pela aprovação do projeto com substitutivo.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Justiça, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Justiça e de Assuntos Econômicos, o projeto aguarda parecer da relatora, senadora Ana Amélia (PP/RS), na Comissão de Assuntos Sociais.

### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados do Executivo, Legislativo e Judiciário debatem com representantes da sociedade civil organizada para elaboração de texto de consenso. Devido à complexidade da matéria e da diversidade de atores envolvidos o texto continua em formação, contudo, muito próximo de redação que permita sua apreciação ainda no segundo semestre de 2015. As discussões permitiram a retirada das ressalvas na posição inicial da CNI.

**PLS 432/2013** da Comissão ATN nº 2 - Consolidação da Legislação Federal e Regulação de dispositivos da CF, que “Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências”.

Foco: Definição objetiva do que vem a ser trabalho escravo.

*Vide página 126 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CN – Aguardava parecer do relator às emendas de Plenário, senador Romero Jucá (PMDB/RR), na Comissão Mista.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CN – Aprovadas parcialmente as emendas de Plenário na Comissão Mista.
- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CN – Aprovadas parcialmente as emendas de Plenário na Comissão Mista.
- SF – Aguarda parecer do relator, senador José Medeiros (PPS/MT), na Comissão de Justiça.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Matéria com discussões que adotam forte caráter ideológico. O farto material técnico apresentado não surte o efeito pretendido e o andamento da matéria está sobrestado.

**PLS 231/2014** do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), que “Altera o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a prescrição do direito de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho”.

Foco: Alteração do prazo prescricional.

*Vide página 127 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Projeto apresentado em 15/07/2014.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Em razão da importância do projeto, vários setores se manifestaram contrariamente a matéria, pelo alto impacto econômico que recai sobre as empresas. Material técnico com esse posicionamento foi encaminhado a membros da Comissão.

**PL 5140/2005** do deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP), que “Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a execução trabalhista e a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica”.

Foco: Penhora *online* e desconsideração da personalidade jurídica nas execuções trabalhistas.

*Vide página 128 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Desenvolvimento Econômico e rejeitado na Comissão de Trabalho, o projeto aguardava parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Armando Vergílio (SD/GO).

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Desenvolvimento Econômico e rejeitado na Comissão de Trabalho, o projeto aguardava parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Ricardo Barros (PP/PR).

### ATÉ 30/06/2015

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Justiça, rejeitado na Comissão de Trabalho, o projeto aguarda inclusão na Ordem do Dia de Plenário.

## PRESTANDO CONTAS

Articulações com a presidência da Comissão de Justiça, o relator e a presidência do Tribunal Superior do Trabalho permitiram às Confederações patronais a apresentação de texto alternativo que foi incorporado pelo relator e aprovado pela Comissão de Justiça. Pelo consenso alcançado, a matéria tem condições de ser aprovada pelo Plenário ainda no segundo semestre de 2015.

## DURAÇÃO DO TRABALHO



**PLS 8/2014** do senador Blairo Maggi (PR/MT), que “Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva”.

Foco: Redução do limite mínimo para o intervalo intrajornada.

*Vide página 130 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava parecer da relatora, senadora Angela Portela (PT/RR), na Comissão de Assuntos Sociais.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Sociais.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aguarda parecer da relatora, senadora Angela Portela (PT/RR), na Comissão de Assuntos Sociais.

### **PRESTANDO CONTAS**

Os setores interessados atuam para tentar reverter posicionamento contrário da relatora. Sugestão de realização de audiência pública foi acatada pela Comissão. Voto em separado foi sugerido a senador com interesse no tema.

**PEC 231/1995,** do deputado Inácio Arruda (PC do B/CE), que “Altera os incisos XIII e XVI do art. 7º da Constituição Federal”.

Foco: Redução da jornada de trabalho.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 38.*

**PL 2409/2011** do deputado Roberto Balestra (PP/GO), que “Altera os §§ 2º e 3º do art. 58 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de dispor que o tempo de deslocamento do empregado até o local de trabalho e para o seu retorno não integra a jornada de trabalho”.

Foco: Tempo de deslocamento ao local de trabalho não computado na jornada.

*Vide página 131 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguarda parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), na Comissão de Trabalho.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Trabalho.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Trabalho, deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), pela aprovação com substitutivo.

### **PRESTANDO CONTAS**

Articulação no sentido de apresentar subsídios para aprovação do projeto no seu formato original e ao mesmo tempo contrário ao substitutivo apresentado pelo relator. Tentativas de retirada de pauta ou postergar a tramitação. A matéria não foi apreciada. Apresentaram Votos em Separado os deputados Laercio Oliveira (SD/SE) e Silvio Costa (PSC/PE).

## OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS



SCD 4/2015

(PLS 6/2003 do senador Paulo Paim - PT/RS - PL 7699/2006), que “Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência; altera as Leis nºs 4.737, de 15 de julho de 1965, 7.853, de 24 de outubro de 1989, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.078, de 11 de setembro de 1990, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.429, de 2 de junho de 1992, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.029, de 13 de abril de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.503, de 23 de setembro de 1997, 9.615, de 24 de março de 1998, 10.048, de 8 de novembro de 2000, 10.098, de 19 de dezembro de 2000, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, 11.126, de 27 de junho de 2005, 11.904, de 14 de janeiro de 2009, e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, e a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e revoga dispositivo da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995”.

Foco: Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência.

*Vide página 133 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE COM RESSALVA**

**ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

**AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Direitos Humanos.

**ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aprovado o substitutivo da Câmara dos Deputados, com ajustes redacionais. Remetido à sanção em 18/06/2015.

### PRESTANDO CONTAS

Diversos setores intensificaram as ações e se uniram e atuaram junto ao autor e relator, com o objetivo de que fossem alterados vários artigos que foram aprovados de forma equivocada na Câmara dos Deputados. Apesar de ser um tema delicado, as ações do setor produtivo foram parcialmente atendidas no Senado Federal. Vetos também melhoraram o texto legal.



## TERCEIRIZAÇÃO

---

**PLC 30/2015** (PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel - PMDB/GO), que “Dispõe sobre o contrato de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho dele decorrentes”.

Foco: Regulamentação da terceirização.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 42.*

---

## BENEFÍCIOS



**PLS 162/2013** do senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), que “Altera os arts. 392 e 473, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e os artigos 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para ampliar os prazos de licença-maternidade, salário-maternidade e licença-paternidade, e dá outras providências”.

Foco: Ampliação da licença-maternidade e licença-paternidade.

*Vide página 136 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB/SC), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Direitos Humanos.

#### ATÉ 30/06/2015

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### PRESTANDO CONTAS

Projeto estacionado, que sofrerá ação apenas se tornar a tramitar. Tema discutido em fóruns diversos, já tem boa parte da sua aplicabilidade estabelecida na atual legislação, que já prevê a possibilidade de prorrogação da licença gestante para 180 dias, com base na Lei que instituiu o Programa Empresa Cidadã.



**PLS 242/2013** do senador Fernando Collor (PTB/AL), que “Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte”.

Foco: Proibição de descontos referente ao vale-transporte recebido pelo empregado.

*Vide página 137 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa, recebeu emendas em Plenário e novo despacho para incluir a Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguardava parecer do relator, senador Clésio Andrade (PMDB/MG), ao projeto e às emendas de Plenário.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais em decisão terminativa, recebeu emendas em Plenário e novo despacho para incluir a Comissão de Assuntos Econômicos, onde aguarda designação de relatoria.

### ATÉ 30/06/2015

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

## PRESTANDO CONTAS

Projeto estacionado, que sofrerá ação apenas se tornar a tramitar. Articulações do setor produtivo e a relevância da proposta permitiram a ampliação dos fóruns de debate da matéria com inclusão de novas Comissões e do plenário, para seu exame. Argumentações técnicas apresentadas a parlamentares interessados no tema levaram a apresentação de sugestões alternativas ao texto original do projeto.

## FGTS



**PLP 51/2007**

do deputado José Carlos Machado (DEM/SE), que “Revoga a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências”.

Foco: Extinção do adicional de 10% do FGTS.

*Vide página 139 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Trabalho, o projeto aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Finanças, deputado Guilherme Campos (PSD/SP), pela aprovação com substitutivo.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Trabalho, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Trabalho, o projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Finanças, deputado Alexandre Baldy (PSDB/GO).

### **PRESTANDO CONTAS**

Articulação no sentido de sugerir nova relatoria. Realizado contato e apresentados subsídios técnicos ao relator. Sugerido aguardar o melhor momento para pautar a matéria na CFT, devido ao ajuste fiscal do Governo.



**PL 2312/2011** do deputado Filipe Pereira (PSC/RJ), que “Altera normas relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço”.

Foco: Novas regras para a gestão do FGTS.

*Vide página 140 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 4566/2008, que aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Trabalho, deputado Roberto Santiago (PSD/SP), pela aprovação com substitutivo).

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 4566/2008, que aguardava parecer do relator na Comissão de Trabalho, deputado Augusto Coutinho (SD/PE).

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 4566/2008, em regime de urgência, que aguarda parecer do relator na Comissão de Trabalho, deputado Augusto Coutinho (SD/PE), designação de relatoria nas Comissões de Finanças e de Justiça, além de inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Articulação no sentido de sugerir nova relatoria. Material técnico elaborado e submetido à análise do relator.

## RELAÇÕES INDIVIDUAIS DE TRABALHO



**PL 1439/2007** do deputado Dilceu Speráfico (PP/PR), que “Altera a Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que “Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos”, estabelecer prazo prescricional e alterar o valor da indenização por rompimento contratual”.

Foco: Prescrição e indenização nos contratos do representante comercial.

*Vide página 142 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Trabalho, deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), pela aprovação do projeto com substitutivo.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Trabalho.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Arquivado definitivamente por fim de Legislatura.

### **PRESTANDO CONTAS**

Proposta de interesse setorial, não foi desarquivada pelo seu autor, embora houvesse compromisso nesse sentido. Avalia-se a hipótese de apresentação de nova proposição sobre o tema.



**PL 6239/2013** (PLS 62/2005 do senador Paulo Paim - PT/RS), que “Altera o § 2º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para retirar a obrigatoriedade de concessão de férias de uma só vez aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos, e para permitir a concessão do gozo de férias proporcionais aos empregados contratados há, pelo menos, 6 (seis) meses”.

Foco: Parcelamento das férias do trabalhador.

*Vide página 143 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Augusto Coutinho (SD/PE), na Comissão de Trabalho.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Articulação no sentido de sugerir relatoria e envio de material técnico ao relator.

# Custo de Financiamento



**PL 1150/2011** da deputada Nilda Gondim (PMDB/PB), que “Dispõe sobre o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF”.

Foco: Restituição proporcional do IOF cobrado em operações de crédito e financiamento em antecipação de parcelas.

*Vide página 148 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 4000/2012 (PLS 636/2011), que, aprovado com emenda no Senado Federal, aguardava parecer do relator na Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE).

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 4000/2012 (PLS 636/2011), que, aprovado com emenda no Senado Federal, aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças, após o esgotamento do prazo de apreciação da Comissão de Defesa do Consumidor.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 4000/2012 (PLS 636/2011), que aguarda parecer do relator, deputado Mauro Pereira (PMDB/RS), na Comissão de Finanças.

#### **PRESTANDO CONTAS**

A matéria foi despachada à Comissão de Finanças, onde foi revisado o subsídio técnico pela COAL e entregue ao relator da proposição. O projeto aguarda apresentação de parecer.

# Infraestructura



**PLC 8/2013**

(PL 1023/2011 do deputado Esperidião Amin - PP/SC), que “Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio”.

Foco: Isenção de pedágio para pessoas físicas.

*Vide página 152 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado o projeto com emendas.
- SF – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, senador Cícero Lucena (PSDB/PB), favorável ao projeto com emendas.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado o projeto com emendas.
- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado o projeto com emendas.
- SF – Aguardava parecer do relator na Comissão de Justiça, senador Benedito de Lira (PP/AL).

#### **PRESTANDO CONTAS**

Tema setorial acompanhado por tratar de questão referente a contratos vigentes. Material técnico elaborado e encaminhado ao relator.

PLS 37/2011

do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ), que “Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências”.

Foco: Substituição das redes aéreas de distribuição de energia por redes subterrâneas.

*Vide página 153 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto aguardava parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), na Comissão de Infraestrutura.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Infraestrutura.

### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto aguarda parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), na Comissão de Infraestrutura.

## PRESTANDO CONTAS

Setores interessados articulam com relator e membros da Comissão a não apreciação da matéria.

**PLS 422/2014** da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), que “Altera a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências, e a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, para modernizar o controle do tráfego marítimo no acesso às instalações portuárias”.

Foco: Criação do Serviço de Controle de Tráfego Marítimo e da Praticagem.

*Vide página 154 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- Projeto apresentado em 18/12/2014.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Infraestrutura.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Após novo despacho, o projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES).

#### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados articulam com relator e membros da Comissão a apreciação da matéria.

**PL 1481/2007** (PLS 103/2007 do senador Aloízio Mercadante - PT/SP), que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para dispor sobre o acesso a redes digitais de informação em estabelecimentos de ensino”.

Foco: Acesso a redes digitais de informação.

*Vide página 156 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão Especial, o projeto aguarda inclusão na Ordem do Dia.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

A proposta representa um avanço importante no que tange às questões de tecnologia, por isso merece o apoio da indústria. O setor tem feito gestões junto aos atores envolvidos para apreciar a proposta no Plenário. Diante de um cenário político pautado com temas mais amplos e polêmicos, e ao fato do grande volume de proposições prontas para a pauta, ainda não foi possível a apreciação da matéria.

- PL 7467/2010** (PLS 730/2007 do senador Francisco Dornelles - PP/RJ), que “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para autorizar o Poder Executivo a reduzir a zero as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre a receita bruta decorrente da prestação de serviços públicos de saneamento básico”.
- Foco: Isenção de PIS/COFINS para os serviços de saneamento básico.
- Vide página 158 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado o projeto.
- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado o projeto.
- CD – Aguardava parecer do relator, deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), na Comissão de Desenvolvimento Urbano.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado o projeto.
- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Desenvolvimento Urbano, o projeto aguarda parecer do relator deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), na Comissão de Finanças.

#### PRESTANDO CONTAS

Realizadas ações junto ao relator através de argumentação técnica, onde foi apresentada a posição do setor produtivo em relação à proposta. Mobilizados os membros da Comissão de Desenvolvimento Urbano para apoiar o parecer do relator. A proposição foi aprovada na Comissão. O projeto encontra-se na Comissão de Finanças, onde subsídios foram apresentados a parlamentares com interesse no tema.

**PL 3672/2012** (PLS 430/2011 da senadora Ana Amélia - PP/RS), que “Acrescenta parágrafo único ao artigo 5º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética”.

Foco: Prioridade às iniciativas da indústria nacional em programas de eficiência energética.

*Vide página 159 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado o projeto.
- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Minas e Energia, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado o projeto.
- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Minas e Energia, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado o projeto.
- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Minas e Energia e após novo despacho, o projeto aguarda apreciação do parecer do relator, na Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Dimas Fabiano (PP/MG), pela aprovação com substitutivo.

## PRESTANDO CONTAS

Setores interessados realizaram gestões em todas as fases da matéria, que abrangem elaboração de nota técnica, realização de reuniões de alinhamento, apresentação de subsídios aos parlamentares e sugestão de relatorias. As ações se mostraram efetivas até o momento. O tema também está sendo abordado em emendas à MPV 677/2015.

**PL 5442/2013**, do deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ), que “Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, da Medida Provisória nº 2.228- 1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências”.

Foco: Instituição de controle externo das Agências Reguladoras.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 37.*

---



# Sistema Tributário



## REFORMA TRIBUTÁRIA



**PEC 31/2007** do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), que “Altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências”.

Foco: Nova Proposta de Reforma Tributária.

*Vide página 165 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado na Comissão de Justiça e aprovado com substitutivo na Comissão Especial, aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **PRESTANDO CONTAS**

A CNI monitora a tramitação da matéria. Aguardando o melhor momento político para incentivar o retorno à tramitação da proposta de emenda constitucional.

# CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS



## PLV 6/2015

(MPV 668/2015 do Poder Executivo), que “Altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação, e dá outras providências”.

Foco: Elevação das alíquotas de PIS/PASEP - Importação - e COFINS - Importação.

*Vide página 168 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE COM RESSALVA**

### ATÉ 30/06/2014

- CN – MP apresentada em 30/01/2015.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CN – Aguardava parecer da Comissão Mista.

(Presidente: senador Antonio Anastasia - PSDB/MG, Relator: deputado Manoel Junior - PMDB/PB, Relator revisor: senador Acir Gurgacz - PDT/RO).

Obs.: Apresentadas 107 emendas. Prazo no CN: 01/06/2015.

### ATÉ 30/06/2015

- CN – Aprovada na Comissão Mista, na forma do PLV 6/2015.
- CD – Aprovado o PLV 6/2015.
- SF – Aprovado o PLV 6/2015.
- Transformada na Lei nº 13.137/2015 com vetos.

## PRESTANDO CONTAS

Setores interessados articularam apresentação de emenda desburocratizante. Houve participação em audiências públicas, elaboração de material técnico e articulação com parlamentares. A medida provisória foi sancionada na forma da Lei Ordinária nº 13.137/2015. O ponto de interesse foi mantido.

**PLS-C 161/2013** do senador Delcídio Amaral (PT/MS), que “Estabelece critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, nos termos do art. 146-A da Constituição Federal”.

Foco: Prevenção de desequilíbrios da concorrência por meio de critérios especiais de tributação.

*Vide página 170 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava apresentação do parecer do relator, senador Pedro Taques (PDT/MT), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

O Código Tributário proíbe a tributação como forma de punição e, nesse sentido, os setores produtivos apresentaram ao relator posicionamento contrário à continuidade de tramitação da matéria. Admitir que, a pretexto de proteger o direito concorrencial, adotem-se critérios especiais de tributação, é um equívoco, já que o sistema concorrencial possui seus mecanismos de defesa visando proteger a economia nacional.

**PLP 45/2015**

(PLS-C 201/2013 do senador Roberto Requião - PMDB/PR), que “Insera parágrafo no art. 19 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e altera redação do art. 10 da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, para dar às micro e pequenas empresas, nos casos de aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária, o direito de pagar ICMS pela alíquota máxima a elas aplicáveis, tendo como base de cálculo o valor real da operação”.

Foco: Alíquota do ICMS na aquisição de produtos sujeitos à substituição tributária por empresas enquadradas no SIMPLES.

*Vide página 171 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava parecer da relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), na Comissão de Assuntos Econômicos.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado com emendas na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto aguardava inclusão em Ordem do Dia em Plenário.

### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Laércio Oliveira (SD/CE), pela aprovação com emenda.

## PRESTANDO CONTAS

Foram realizadas gestões junto ao Governo, CONFAZ, parlamentares da Comissão de Assuntos Econômicos e lideranças do Senado, no sentido da aprovação do projeto e posterior encaminhamento à Câmara. O projeto ao fixar alíquota única para os produtos ou mercadorias sujeitos à substituição tributária quando adquiridos por MPE enquadrada no Simples Nacional permite o implemento efetivo dos benefícios previstos pelo Simples. Na Câmara foram realizadas gestões para acelerar a apreciação da matéria. Nota técnica pela convergência foi elaborada e entregue ao relator, que apresentou parecer pela aprovação. Estão sendo realizadas gestões de apoio ao parecer junto aos demais membros da comissão.

**PLS-C 95/2014** do senador Armando Monteiro (PTB/PE), que “Altera a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e dá outras providências”.

Foco: Disciplinamento do instrumento de substituição tributária.

*Vide página 172 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Luiz Henrique (PMDB/SC), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Gestões do Executivo impedem a tramitação da matéria neste momento.

**PLP 54/2015** (PLS-C 130/2014 da senadora Lúcia Vânia - PSDB/GO), que “Convalida os atos normativos de concessão de benefícios fiscais e concede remissão e anistia de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)”.

Foco: Convalidação de incentivos fiscais de ICMS.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 45.*

**PLP 366/2013** (PLS-C 386/2012 do senador Romero Jucá - PMDB/RR), que “Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Foco: Incidência de ISS sobre serviços gráficos.

*Vide página 173 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Guilherme Campos (PSD/SP) na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aguarda parecer do relator, deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

## **PRESTANDO CONTAS**

Proposta de interesse setorial que conta com apoio da CNI. Material técnico foi entregue a parlamentares com interesse no tema e reuniões realizadas com o relator designado.

**PL 6530/2009** (PLS 411/2009 do senador Francisco Dornelles - PP/RJ), que “Altera as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, e 11.457, de 16 de março de 2007, para estender o direito a crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição para o PIS/PASEP à aquisição dos bens que especifica, para prever a incidência da taxa Selic sobre valores objeto de ressarcimento e para permitir que a pessoa jurídica exportadora compense créditos dessas contribuições com a Contribuição para a Seguridade Social a seu cargo”.

Foco: Crédito Financeiro do IPI.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 46.*

**PL 7140/2014** do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG), que “Modifica a metodologia de apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS”.

Foco: Alteração da base de cálculo da contribuição para PIS/PASEP e COFINS.

*Vide página 175 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Osmar Terra (PMDB/RS), na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados sugeriram a parlamentares com conhecimento técnico sobre o tema que solicitassem a relatoria da matéria. Nota técnica foi elaborada e apresentada ao relator.

**PL 7956/2014** do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA), que “Dá nova redação aos arts. 42 e 58 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995 e, aos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, que dispõe sobre a compensação de prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa sobre o lucro”.

Foco: Permite a utilização dos prejuízos fiscais em 100% ao invés do limite atual de 30%.

*Vide página 175 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Projeto apresentado em 03/09/2014.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 4311/2012 (PLS 410/2009), que, aprovado no Senado com emendas, aguarda designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Parlamentares com interesse no tema foram instados a solicitar a relatoria da proposta. A presidência da Comissão ainda avalia a sua distribuição em razão do grande número de pedidos de relatoria.

PRS 1/2013

do Poder Executivo, que “Estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, nas operações e prestações interestaduais”.

Foco: Uniformização da alíquota interestadual de ICMS.

*Vide página 176 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos, o projeto aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos, após novo despacho, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Regional.

### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Econômicos, após novo despacho, o projeto aguarda parecer do relator na Comissão de Desenvolvimento Regional, senador Wellington Fagundes (PR/MT).

### PRESTANDO CONTAS

A falta de consenso entre representantes tributários dos Estados impede o avanço das deliberações sobre a proposta. De qualquer forma, a existência de propostas que visam a redução e uniformização das alíquotas interestaduais se afigura importante para o setor industrial em virtude do cenário de guerra fiscal.

## OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS



**PEC 7/2015**

(PEC 103/2011-SF do senador Delcídio do Amaral - PT/MS, PEC 197/2012 - CD), que "Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado".

Foco: Alíquota de ICMS nas operações interestaduais para mercadorias destinadas ao consumidor final não contribuinte.

*Vide página 178 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovada a proposta com substitutivo.
- CD – Aprovada a proposta na Comissão de Justiça e substitutivo na Comissão Especial, aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovada a proposta com substitutivo.
- CD – Aprovada a proposta com substitutivo.
- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça para apreciação do texto proposto pela Câmara dos Deputados.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovada a proposta com substitutivo.
- CD – Aprovada a proposta com substitutivo.
- SF – Aprovado o substitutivo da Câmara dos Deputados.
- Transformado na Emenda Constitucional nº 87/2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Gestões realizadas em todas as fases de tramitação da matéria junto às lideranças do Senado e da Câmara permitiram a agilização de sua tramitação.

**PLS-C 354/2012** da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), que “Altera os arts. 113 e 115 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) para dispor que as obrigações tributárias acessórias decorrem da lei e dá outras providências”.

Foco: Definição de obrigação tributária acessória.

*Vide página 180 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Armando Monteiro (PTB/PE), pela aprovação do projeto com emenda.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aguarda parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Lindbergh Farias (PT/RJ).

### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados no tema articularam com lideranças partidárias e com a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos a inclusão da matéria na pauta. O Governo tem impedido a apreciação da matéria.

**PLP 163/2012** do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), que “Acrescenta dispositivos ao Código Tributário Nacional; inclui dispositivo na Lei Complementar nº 70, de 1991; e altera a Lei Complementar nº 87, de 1996, para eliminar a possibilidade de “cálculo por dentro” do PIS/COFINS e do ICMS”.

Foco: Eliminação da possibilidade de cálculo por dentro do PIS/COFINS e do ICMS.

*Vide página 181 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PLP 23/2011, que aguardava parecer do relator, deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ), na Comissão de Finanças.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PLP 23/2011, que aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PLP 23/2011, que aguardava parecer do relator, deputado Alexandre Baldy (PSDB/GO), na Comissão de Finanças.

### **PRESTANDO CONTAS**

Parlamentares com interesse no tema foram contatados para solicitar a relatoria do projeto. Material técnico foi elaborado e encaminhado ao relator.

**PLP 396/2014** do deputado Guilherme Campos (PSD/SP), que “Estabelece prazo de doze meses para a entrada em vigor dos dispositivos de lei ou dos atos administrativos que implicarem novos custos, de qualquer natureza, a serem suportados pelas pessoas jurídicas”.

Foco: Prazo de 12 meses para cumprimento de novos atos que impliquem custos.

*Vide página 182 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aguarda parecer do relator, deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR), na Comissão de Finanças.

### **PRESTANDO CONTAS**

A COAL elaborou material técnico entregue ao relator na Comissão de Finanças, que se manifestou favorável à aprovação da matéria. O parecer pela aprovação foi apresentado e gestões junto aos demais membros da comissão foram realizadas para aprovação do projeto.

**PL 3268/2012** (PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA), que "Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996".

Foco: Compensação de débitos tributários administrados pela SRFB.

*Vide página 182 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Cláudio Puty (PT/PA), na Comissão de Finanças.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Nelson Marchezan Júnior (PSDB/RS), na Comissão de Finanças.

## PRESTANDO CONTAS

A COAL elaborou material técnico pela convergência, entregue ao relator na Comissão de Finanças. Membros da Comissão estão recebendo esclarecimentos sobre o tema.

## DEFESA DO CONTRIBUINTE



**PLS-C 298/2011** da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), que “Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte”.

Foco: Direitos e garantias do contribuinte.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 47.*

**PLS-C 178/2012** do senador Blairo Maggi (PR/MT), que “Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, para dar ampla transparência aos dados fiscais dos contribuintes”.

Foco: Criação de banco de dados eletrônico sobre informações fiscais de contribuintes.

*Vide página 184 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **PRESTANDO CONTAS**

Parlamentares com interesse no tema foram instados a solicitar a relatoria da matéria.

**PL 1239/2011** do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP), que “Dispõe sobre o prazo de validade da Certidão Negativa de Débitos (CND) de que trata o § 5º do art. 47 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Inscrição da Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional, e da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais”.

Foco: Uniformização dos prazos de validade das certidões negativas em 12 meses.

*Vide página 186 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 712/2011, que, aprovado com substitutivo na Comissão de Trabalho, aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Finanças, deputado Alfredo Kaefer (PSDB/PR), pela aprovação com substitutivo.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 712/2011, que, aprovado com substitutivo na Comissão de Trabalho, aguardava designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

CD – Tramita apensado ao PL 712/2011, que, aprovado com substitutivo nas Comissões de Trabalho e de Finanças, aguarda parecer do relator, deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), na Comissão de Justiça.

### **PRESTANDO CONTAS**

Setores interessados atuaram em todas as fases de tramitação da matéria com sugestões de relatoria e elaboração de material técnico, que permitiram a aprovação na Comissão de Finanças. Ações estão sendo desenvolvidas junto ao relator na Comissão de Justiça para que o seu parecer contemple o substitutivo da Comissão de Trabalho, o que melhor atende aos interesses do setor Industrial.

# Infraestructura Social



## SEGURIDADE SOCIAL



**MPV 664/2014** do Poder Executivo, que “Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003”.

Foco: Alteração das regras para o auxílio doença e pensão por morte.

*Projeto constante da Pauta Mínima. Vide página 48.*

**MPV 665/2014** do Poder Executivo, que “Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro- Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro desemprego para o pescador artesanal, e dá outras providências”.

Foco: Programa Seguro-Desemprego e Abono Salarial.

*Vide página 190 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

#### ATÉ 30/06/2014

- CN – MP apresentada em 30/12/2014.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CN – Aguardava parecer da Comissão Mista.

(Presidente: deputado Zé Geraldo - PT/PA, Relator: senador Paulo Rocha - PT/PA, Relatora revisora: deputada Gorete Pereira - PR/CE).

Obs.: Apresentadas 233 emendas.

Prazo no CN: 01/06/2015.

#### ATÉ 30/06/2015

- CN – Aprovada na Comissão Mista na forma do PLV 3/2015.
- CD – Aprovado o PLV 3/2015.
- SF – Aprovado o PLV 3/2015.
- Transformado na Lei 13.134/2015, com vetos.

### PRESTANDO CONTAS

A CNI apoiou a aprovação da Medida Provisória por entender ser necessária a alteração das regras do seguro desemprego para torná-las mais equilibradas e dar sustentabilidade ao sistema.



#### PLS 9/2014

do senador Blairo Maggi (PR/MT), que “Altera a alínea ‘p’ do § 9º do art. 28 Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre as contribuições efetivamente pagas por pessoa jurídica relativas a programa de previdência complementar na composição do salário de contribuição”.

Foco: Isenção da cobrança de contribuições previdenciárias sobre o pagamento à previdência complementar em benefício do empregado.

*Vide página 192 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aguardava apreciação do parecer da relatora na Comissão de Assuntos Sociais, senadora Lúcia Vânia (Sem Partido/GO), pela aprovação do projeto.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Sociais.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aguarda apreciação do parecer da relatora na Comissão de Assuntos Sociais, senadora Lúcia Vânia (Sem Partido/GO), pela aprovação do projeto.

### PRESTANDO CONTAS

O setor empresarial empenhou esforços na aprovação do projeto, pois o pagamento à previdência complementar gera custos diretos para as empresas. No entanto, a base governista obstaculizou a deliberação da matéria.

**PL 1476/2007** (PLS 313/2006 do senador Sérgio Zambiasi - PTB/RS), que "Altera o § 9º do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para permitir que o custeio da educação superior dos empregados possa ser abatido da base de incidência da contribuição para o Regime Geral de Previdência Social".

Foco: Abatimento de gastos com ensino superior no cálculo da contribuição previdenciária.

*Vide página 193 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aguarda instalação de Comissão Especial.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

O projeto encontra forte oposição do Poder Executivo pela potencial redução da arrecadação da contribuição previdenciária representada pela proposta. O Governo obstrui a constituição de Comissão Especial pela Mesa da Câmara dos Deputados.

**PL 3299/2008** (PLS 296/2003 do senador Paulo Paim - PT/RS), que "Altera o art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e revoga os arts. 3º, 5º, 6º e 7º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, modificando a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social".

Foco: Extinção do "fator previdenciário".

*Vide página 193 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto.
- CD – Aprovado nas Comissões de Seguridade e de Justiça, o projeto não foi avaliado pela Comissão de Finanças que teve seu prazo esgotado. Aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF (aprovado o projeto). CD – CSSF (aprovado o projeto), CFT (não apreciado - prazo na comissão expirou), CCJC (aprovado o projeto) e Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia).

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

O tema, prioritário na agenda dos trabalhadores, foi incluído na MP 664/2014, mas vetado pela Presidência da República por ter impacto negativo nas contas públicas. O Governo publicou nova medida provisória com proposta alternativa (regra 85/95).

# Interesse Setorial



**PEC 25/2014** do senador Alfredo Nascimento (PR/AM), que “Altera o art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos e contribuições sociais sobre os medicamentos de uso humano”.

Foco: Isenção tributária para medicamentos de uso humano.

*Vide página 197 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Projeto apresentado em 17/07/2014.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI acompanham as recomendações dos segmentos específicos com interesse sobre a matéria. O setor industrial acompanha o projeto com atenção articulando a aprovação do mesmo.

**ECD 3/2014**

(PLS 274/2008) do senador Lobão Filho (PMDB/MA), que “Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para dispor sobre alteração do limite de potência que caracteriza as pequenas centrais hidrelétricas e ampliar incentivos e investimentos em geração de energia elétrica de outras fontes alternativas”.

Foco: Extensão da redução de tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição à parcela autoconsumida da energia.

*Vide página 197 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado o projeto com emendas.
- SF – Aguardava recebimento.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado o projeto com emendas.
- SF – Aprovadas as emendas da Câmara dos Deputados na Comissão de Infraestrutura, aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado o projeto com emendas.
- SF – Aguardava reexame da matéria pela Comissão de Infraestrutura, a pedido, pendente de parecer do relator, senador Delcídio do Amaral (PT/MS).

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI acompanham as recomendações dos segmentos específicos com interesse sobre a matéria. O setor industrial acompanha o projeto com atenção articulando a aprovação do mesmo.

**PLS 139/2012** do senador Paulo Davim (PV/RN), que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica”.

Foco: Restrições a venda de produtos fumíferos nos locais que especifica.

*Vide página 199 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto aguardava parecer do relator, senador Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais, o projeto aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ciro Nogueira (PP/PI), pela rejeição.

### **PRESTANDO CONTAS**

A CNI apoia as articulações do segmento específico com interesse no tema, que vão ao sentido de viabilizar a aprovação do parecer contrário ao projeto.

**PLS 404/2012** do senador Humberto Costa (PT/PE), que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para tornar obrigatório o uso do colete inflável de proteção (colete *airbag*) por condutores de motocicletas e assemelhados, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para conceder benefícios fiscais referentes ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto de Importação, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre operações com esses produtos, suas partes e acessórios”.

Foco: Uso obrigatório de colete inflável de proteção para motociclistas e isenção de IPI, II, PIS/COFINS para sua aquisição.

*Vide página 200 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Sociais e rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos, aguardava parecer do relator, senador Clésio Andrade (PMDB/MG), na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado com substitutivo na Comissão de Assuntos Sociais e rejeitado na Comissão de Assuntos Econômicos, aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, senador Benedito de Lira (PP/AL), pela rejeição.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI acompanham as recomendações dos segmentos específicos com interesse sobre a matéria no sentido da sua rejeição, pois a obrigatoriedade de utilização de vestuário completo de proteção encarece os serviços prestados e inviabiliza a utilização das motocicletas como meio de transporte mais acessível.

PLS 50/2013

do senador Paulo Davim (PV/RN), que “Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil”.

Foco: Estabelecimento de novas regras para produtos de puericultura e andadores infantis.

*Vide página 201 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

#### ATÉ 30/06/2014

- SF – Aprovado com emendas na Comissão de Meio Ambiente, o projeto aguardava parecer do relator, senador Eduardo Amorim (PSC/SE), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- SF – Aprovado com emendas na Comissão de Meio Ambiente, o projeto aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### ATÉ 30/06/2015

- SF – Aprovado com emendas na Comissão de Meio Ambiente, o projeto aguarda parecer da relatora, senadora Sandra Braga (PMDB/AM), na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### PRESTANDO CONTAS

A CNI apoia as articulações dos segmentos específicos com interesse na matéria que encaminharam material técnico a parlamentares com argumentos contrários ao projeto.

**PLS 209/2013** do senador Ruben Figueiró (PSDB/MS), que “Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal”.

Foco: Regras para pedidos de registro de agrotóxicos.

*Vide página 203 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado com emenda na Comissão de Justiça, o projeto aguardava parecer do relator, senador Cidinho Santos (PR/MT), na Comissão de Agricultura.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado com emenda na Comissão de Justiça, o projeto aguardava parecer do relator, senador Humberto Costa (PT/PE), na Comissão de Direitos Humanos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

A CNI apoia as articulações do segmento específico com interesse no tema.

**PLS 378/2013** do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), que “Altera a Lei nº 9.074, de 7 de junho de 1995, e as Leis nº 10.847 e nº 10.848, ambas de 15 de março de 2004, para condicionar a realização de leilões de linhas de transmissão da rede básica e de novos empreendimentos de geração à obtenção da respectiva Licença Prévia, junto ao órgão licenciador ambiental”.

Foco: Vinculação da realização de leilões de linhas de transmissão de energia elétrica e de novos empreendimentos de geração à obtenção de licença prévia junto ao órgão ambiental.

*Vide página 204 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado na Comissão de Meio Ambiente, o projeto aguardava parecer do relator, senador José Pimentel (PT/CE), na Comissão de Infraestrutura.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aprovado nas Comissões de Meio Ambiente e de Infraestrutura, o projeto aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

#### **PRESTANDO CONTAS**

A CNI apoia as articulações dos segmentos específicos com interesse na matéria que encaminharam material técnico a parlamentares com interesse no tema.

**PLS 10/2014**

do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), que “Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para ampliar a prevenção ao consumo de bebidas alcoólicas, especialmente por crianças e adolescentes”.

Foco: Ampliação das restrições à venda e consumo de bebidas alcoólicas.

*Vide página 205 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

O projeto perdeu objeto pela aprovação de proposta semelhante, convertida na Lei 13.106/2015, que criminaliza ofertar bebida alcoólica a menores de 18 anos.

**PLS 103/2014** do senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), que “Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para instituir embalagens genéricas para produtos de tabaco”.

Foco: Novas restrições para embalagens de produtos derivados do tabaco.

*Vide página 206 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguarda parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR), na Comissão de Assuntos Sociais.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Aguarda designação de relatoria na Comissão de Assuntos Sociais.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aguarda parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB/RR), na Comissão de Assuntos Sociais.

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI acompanham as recomendações do segmento específico com interesse na matéria, que entende que a proposta não deve prosperar por não ser capaz de atingir os fins pretendidos de redução do consumo do produto.

**PLS 136/2014** do senador Alfredo Nascimento (PR/AM), que “Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para fixar prazo de validade de registro de agrotóxico no país e dá outras providências”.

Foco: Prazo de validade para registro de agrotóxicos.

*Vide página 207 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aguardava parecer do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguarda designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI acompanham as recomendações do segmento específico com interesse na matéria, que entende que a proposta não deve prosperar por não ser capaz de atingir os fins pretendidos.

**PLS 400/2014** da Comissão de Serviços de Infraestrutura do SF, que “Altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para instituir percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União sob o regime de partilha”.

Foco: Percentual mínimo em relação à produção total para o excedente de óleo destinado à União no regime de partilha.

*Vide página 208 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Projeto apresentado em 10/12/2014.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Aprovado regime de urgência, aguarda designação de relatoria nas Comissões de Justiça, de Assuntos Econômicos e de Infraestrutura, além de esperar inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

### **PRESTANDO CONTAS**

Os setores interessados realizaram gestões na sugestão de relatoria na Comissão de Justiça. A proposta ainda não tramitou na Comissão.

**PLS 423/2014** da Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO), que “Isenta de tributos a importação de embarcações, máquinas para leme de embarcações e hélices de embarcações e suas pás, bem como altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar os adubos (fertilizantes) do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)”.

Foco: Isenção de tributos para importação de embarcações.

*Vide página 209 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Projeto apresentado em 18/12/2014.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- SF – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- SF – Após novo despacho, aguarda designação de relatoria na Comissão de Infraestrutura.

### **PRESTANDO CONTAS**

Gestões foram realizadas para inclusão de nova comissão para apreciação da matéria. As ações da CNI acompanham as recomendações do segmento específico com interesse na matéria.

**PEC 92/2011** do deputado Cláudio Puty (PT/PA), que “Acrescenta parágrafo ao art. 155 da Constituição”.

Foco: Incidência de ICMS sobre exportações de bens minerais primários ou semielaborados.

*Vide página 210 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado na Comissão de Justiça, aguarda constituição de Comissão Especial.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

Devido à posição divergente à proposta, foram realizadas ações para que a Comissão Especial não seja instalada.

**PL 3057/2000** do deputado Bispo Wanderval (PR/SP), que “Inclui § 2º no art. 41, da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único”.

Foco: Lei de Responsabilidade Territorial Urbana.

*Vide página 210 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão Especial, o projeto aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

O projeto de interesse setorial está sendo monitorado com atenção à sua tramitação, pois a proposta é meritória, sendo necessários alguns ajustes no texto aprovado na Comissão Especial.



**PL 5476/2001** do deputado Marcelo Teixeira (PR/CE), que “Modifica a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que a estrutura tarifária dos serviços de telefonia fixa comutada, prestados em regime público, seja formada apenas pela remuneração das ligações efetuadas”.

Foco: Veda a cobrança de assinatura básica na telefonia fixa.

*Vide página 212 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguarda constituição de Comissão Especial.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

Tema sem consenso entre setores interessados vem sendo discutido em várias frentes no Congresso Nacional, já foi amplamente discutido na Comissão Especial, destinada a estudar e elaborar proposições a fim de criar o Marco Regulatório da Telefonia instalada. Na atual legislatura aguarda despacho da presidência da Câmara dos Deputados para nova instalação de Comissão Especial.

**PL 5921/2001** do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), que “Acrescenta parágrafo ao art. 37, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.

Foco: Caracterização de publicidade abusiva para crianças.

*Vide página 213 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e de Defesa do Consumidor, aguardava parecer do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA), na Comissão de Justiça.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e de Defesa do Consumidor, aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Ciência e Tecnologia e de Defesa do Consumidor, aguardava parecer do relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA), na Comissão de Justiça.

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI estão alinhadas acompanhando os grupos interessados. O relator destacou a necessidade de ampliar o debate através de Audiência Pública. Estamos trabalhando junto ao relator para que a posição dos setores seja atendida em seu relatório.



**PLC 34/2015** (PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze - PP/RS), que “Altera e acresce dispositivos à Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005”.

Foco: Rotulagem de alimentos elaborados a partir de organismos geneticamente modificados (OGM).

*Vide página 214 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aprovado com emenda nas Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Justiça, rejeitado pela Comissão de Defesa do Consumidor, o projeto aguardava inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### ATÉ 30/06/2015

- CD – Aprovado o projeto com substitutivo.
- SF – Aguarda parecer do relator, senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP), na Comissão de Ciência e Tecnologia.

#### PRESTANDO CONTAS

Setores interessados articularam com os parlamentares a apreciação da matéria que já se encontrava adequada para apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados. Foram realizadas intervenções com argumentação técnica para aprovar a proposição. A matéria foi aprovada e encontra-se no Senado Federal.

**PL 6716/2009** (PLS 184/2004 do senador Paulo Octávio - DEM/DF), que “Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo”.

Foco: Ampliação da possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo.

*Vide página 215 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com emendas.
- CD – Aprovado pela Comissão Especial, o projeto aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

A proposta que conta com o apoio do setor produtivo, está sendo monitorada com atenção e realizadas gestões para agilizar a apreciação e aprovar a proposta no Plenário.

**PL 7224/2010** do deputado Homero Pereira (PSD/MT), que “Concede incentivo fiscal do Imposto sobre a Renda às pessoas físicas ou jurídicas que implantarem projetos de reflorestamento e florestamento e de preservação do meio ambiente”.

Foco: Desconto do IR para implantação de projetos de reflorestamento, florestamento e preservação ambiental.

*Vide página 216 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 5974/2005 (PLS 251/2002), que, aprovado no Senado Federal, foi aprovado pelas Comissões de Meio Ambiente, com substitutivo, de Finanças, com emendas, e de Justiça. Aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

O projeto de interesse setorial está sendo monitorado com atenção.

PL 37/2011

do deputado Welliton Prado (PT/MG), que “Dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967”.

Foco: Código da Mineração.

*Vide página 217 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE COM RESSALVA**

### ATÉ 30/06/2014

- CD – Aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão Especial, deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), favorável com substitutivo.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- Mesma situação de 30/06/2014.

### ATÉ 30/06/2015

- Mesma situação de 30/06/2014.

## PRESTANDO CONTAS

Realizadas ações e gestões de monitoramento na Comissão Especial e junto ao relator sobre a elaboração do seu parecer. Devido à complexidade do tema e a divergências entre setores públicos e privados, o relator ainda não concluiu a redação do relatório.

**PL 3221/2012** da deputada Sueli Vidigal (PDT/ES), que “Proíbe os fabricantes de utensílios médicos a usar a substância ftalato nos seus produtos”.

Foco: Proibição do uso do ftalato para a fabricação de artefatos de uso médico.

*Vide página 220 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Tramita apensado ao PL 3075/2011 (PLS 159/2010), que, aprovado no Senado Federal, aguarda parecer do relator, deputado Renato Molling (PP/RS), na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 3075/2011 (PLS 159/2010), que, aprovado no Senado Federal, aguarda designação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### ATÉ 30/06/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 3075/2011 (PLS 159/2010), que, aprovado no Senado Federal, aguarda parecer do relator, deputado Renato Molling (PP/RS), na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### PRESTANDO CONTAS

Realizadas gestões junto ao relator com apresentação de material técnico ao relator para subsidiar seu parecer. No aguardo do novo parecer do relator.

**PL 3877/2012** do deputado Irajá Abreu (PSD/TO), que “Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre operações com suplementos minerais destinados à alimentação de bovinos, bubalinos, ovinos, caprinos e equinos”.

Foco: Redução de alíquotas tributárias para as operações de suplementos minerais destinados à alimentação animal.

*Vide página 221 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Agricultura, aguardava parecer do relator, deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA), na Comissão de Finanças.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Agricultura, aguarda designação de relatoria na Comissão de Finanças.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aprovado com substitutivo na Comissão de Agricultura, aguarda parecer do relator, deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA), na Comissão de Finanças.

### **PRESTANDO CONTAS**

O projeto de interesse setorial está sendo monitorado na Comissão de Finanças e Tributação na busca da sua aprovação.

**PL 4973/2013** do deputado Raul Henry (PMDB/PE). que “Revoga o art. 4º e a alínea ‘c’ do inciso III do art. 10, ambos da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que “Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências””.

Foco: Exclusão da obrigatoriedade de participação mínima da Petrobras na exploração de petróleo em áreas do pré-sal.

*Vide página 222 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **CONVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), na Comissão de Minas e Energia.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguardava parecer do relator, deputado Fernando Marroni (PT/RS), na Comissão de Minas e Energia.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Minas e Energia, deputado Domingos Sávio (PSDB/MG), pela aprovação do apensado e rejeição dos demais.

### **PRESTANDO CONTAS**

A proposta meritória tem o apoio do setor produtivo. Sendo assim, foram realizadas gestões na designação de relatoria.

**PL 5092/2013** do deputado Wellington Fagundes (PR/MT), que “Altera a redação do art. 31-A da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias”.

Foco: Obrigatoriedade de instituição de patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias.

*Vide página 223 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Henrique Oliveira (SD/AM), favorável ao projeto com emendas.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Aguardava designação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Rejeitado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, o projeto aguarda parecer do relator, deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), na Comissão de Defesa do Consumidor.

### **PRESTANDO CONTAS**

A CNI trabalhou com subsídios técnicos e na articulação para aprovar o parecer do relator pela rejeição da matéria na Comissão de Desenvolvimento Econômico. A matéria encontra-se na Comissão de Defesa do Consumidor com relator designado a pedido dos setores interessados.



**PL 5410/2013** do deputado Dimas Fabiano (PP/MG), que “Obriga que os aparelhos eletroeletrônicos monofásicos de uso doméstico, fabricados ou comercializados no País, funcionem, indistintamente, nas tensões nominais de 127 volts (V) ou 220 V”.

Foco: Obrigatoriedade de tensões bivolt em produtos eletroeletrônicos de uso doméstico.

*Vide página 224 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 3536/2012, que aguardava parecer do relator, deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), na Comissão de Defesa do Consumidor.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 3536/2012, que aguardava designação de relatoria na Comissão de Defesa do Consumidor.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 3536/2012, que aguardava parecer do relator, deputado Eli Correa Filho (DEM/SP), na Comissão de Defesa do Consumidor.

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI acompanham as recomendações dos segmentos específicos com interesse sobre o tema. Ações estão sendo desenvolvidas junto ao relator designado na Comissão de Defesa do Consumidor.

**PL 5608/2013** do deputado Rogério Carvalho (PT/SE), que “Regulamenta a publicidade infantil de alimentos”.

Foco: Proibição de publicidade infantil de alimentos com baixo valor nutricional.

*Vide página 224 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 4815/2009, que aguardava parecer da relatora, deputada Benedita da Silva (PT/RJ), na Comissão de Seguridade.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 4815/2009, que aguardava designação de relatoria na Comissão de Seguridade.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 4815/2009, que aguarda apreciação do parecer da relatora na Comissão de Seguridade, deputada Benedita da Silva (PT/RJ), pela aprovação com substitutivo.

### **PRESTANDO CONTAS**

As ações da CNI acompanham as recomendações do segmento específico com interesse sobre o tema. Setor interessado elaborou e encaminhou material técnico para amparar as deliberações na Comissão de Seguridade.

**PL 6283/2013** do deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE), que “Esta lei proíbe a venda de refrigerantes a menor de 18 anos e de alimentos com alto teor calórico e níveis reduzidos de nutrientes em estabelecimentos de ensino e dá outras providências”.

Foco: Proibição da venda de refrigerantes a menores de idade e comercialização obrigatória de produtos nutritivos em cantinas escolares.

*Vide página 226 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 1234/2007, que aprovado com emendas nas Comissões de Educação e de Finanças, foi rejeitado pela Comissão de Seguridade e aguardava parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Paulo Maluf (PP/SP).

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 1234/2007, que aprovado com emendas nas Comissões de Educação e de Finanças, foi rejeitado pela Comissão de Seguridade e aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 1234/2007, que aprovado com emendas nas Comissões de Educação e de Finanças, foi rejeitado pela Comissão de Seguridade e aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Paulo Maluf (PP/SP), pela aprovação com substitutivo.

#### **PRESTANDO CONTAS**

A CNI apoia as gestões dos setores interessados na matéria que elaboraram material técnico distribuído a parlamentares na Comissão de Justiça.

**PL 6459/2013** (PLS 330/2011 da senadora Ana Amélia - PP/RS), que “Dispõe sobre os contratos de integração, estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores e dá outras providências”.

Foco: Obrigações gerais para produtores integrados e as agroindústrias integradoras.

*Vide página 227 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- SF – Aprovado o projeto com substitutivo.
- CD – Aprovado com substitutivo nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, de Agricultura e de Justiça, o projeto aguarda inclusão na Ordem do Dia em Plenário.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação de 30/06/2014.

### **PRESTANDO CONTAS**

A CNI acompanha a tramitação orientada pelos setores interessados. As ações desenvolvidas são no sentido da aprovação do projeto por estabelecer regras claras e equilibradas na relação entre produtores rurais e empresas integradoras.

**PL 7064/2014** dos deputados Alexandre Roso (PSB/RS) e Paulo Foletto (PSB/ES), que “Dispõe sobre o recolhimento de medicamentos vencidos e a devolução de medicamentos excedentes ainda em validade, e dá outras providências”.

Foco: Recolhimento de medicamentos vencidos.

*Vide página 228 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 2121/2011, que aguardava parecer do relator, deputado Renato Molling (PP/RS), na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 2121/2011, que aguardava designação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 2121/2011, que aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, deputado Renato Molling - PP/RS, favorável com substitutivo.

### **PRESTANDO CONTAS**

O Projeto de interesse setorial está sendo acompanhado com atenção na Comissão de Economia, onde foram realizadas gestões junto aos atores envolvidos tema e oferecidos subsídios técnicos.

**PL 7273/2014** do deputado César Halum (PRB/TO), que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, proibindo o estabelecimento de prazos de validade dos créditos de telefonia celular da modalidade pré-paga”.

Foco: Proibição de prazo de validade para créditos de telefonia celular.

*Vide página 230 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



## NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

### ATÉ 30/06/2014

- CD – Tramita apensado ao PL 7415/2002, que aprovado com substitutivo na Comissão de Defesa do Consumidor e rejeitado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Décio Lima (PT/SC), favorável com substitutivo.

### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 7415/2002, que aprovado com substitutivo na Comissão de Defesa do Consumidor e rejeitado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, aguardava designação de relatoria na Comissão de Justiça.

### ATÉ 30/06/2015

- CD – Tramita apensado ao PL 7415/2002, que aprovado com substitutivo na Comissão de Defesa do Consumidor e rejeitado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Décio Lima (PT/SC), favorável com substitutivo.

## PRESTANDO CONTAS

A tramitação deste projeto setorial, sujeito à apreciação do Plenário, está sendo monitorada na Comissão de Justiça.

**PL 7338/2014** do deputado Sarney Filho (PV/MA), que “Dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma Cerrado”.

Foco: Normas para a conservação e uso da vegetação do Cerrado.

*Vide página 230 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### NOSSA POSIÇÃO: **DIVERGENTE**

#### ATÉ 30/06/2014

- CD – Tramita apensado ao PL 6324/2013, que aguarda constituição de Comissão Especial.

#### AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015

- Mesma situação de 30/06/2014.

#### ATÉ 30/06/2015

- Arquivado por fim de legislatura.

#### PRESTANDO CONTAS

Foram realizadas ações de monitoramento à proposta no sentido de averiguar a movimentação e obstruir a instalação da Comissão Especial.

**PL 7591/2014** do deputado Pedro Paulo (PMDB/RJ), que “Regulamenta o Art. 18, § 3º do Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal 8078/90. Que versa sobre os produtos essenciais”.

Foco: Prazo para troca do produto, restituição do valor pago ou abatimento do preço no caso de produtos essenciais defeituosos.

*Vide página 232 da Agenda Legislativa da Indústria 2015.*



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

#### **ATÉ 30/06/2014**

- CD – Tramita apensado ao PL 2010/2011 (PLS 536/2009), que aprovado com emendas no Senado Federal, aguardava apreciação do parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Silas Câmara (PSD/AM), pela constitucionalidade do projeto com substitutivo.

#### **AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA EM 24/03/2015**

- CD – Tramita apensado ao PL 2010/2011 (PLS 536/2009), que aprovado com emendas no Senado Federal, aguarda novo parecer do relator na Comissão de Justiça, deputado Silas Câmara (PSD/AM), em razão do apensamento de novos projetos.

#### **ATÉ 30/06/2015**

- Mesma situação da Agenda Legislativa da Indústria 2015.

### **PRESTANDO CONTAS**

Foram apensados projetos no âmbito da Comissão de Justiça, o que prejudicou a análise de mérito das matérias. Interessados na proposta articularam esta análise por outra comissão.

# Índice



<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>4</b>
<b>FILTROS</b> .....	<b>5</b>
<b>LISTAS</b> .....	<b>17</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>24</b>
<b>PAUTA MÍNIMA</b> .....	<b>30</b>
REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA .....	31
<i>Nova Lei de Licitações</i>	
PLS 559/2013 da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do SF .....	31
<i>Desconsideração da Personalidade Jurídica</i>	
PLC 69/2014 (PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo - PSDB/PE) .....	32
<i>Transição para a Exclusão do SIMPLES</i>	
PLS-C 476/2013 do senador Armando Monteiro (PTB/PE) .....	33
QUESTÕES INSTITUCIONAIS .....	34
<i>Uniformização de Normas sobre Processo Administrativo Fiscal</i>	
PLP 381/2014 (PLS-C 222/2013 do senador Vital do Rêgo - PMDB/PB) .....	34
MEIO AMBIENTE .....	35
<i>Normas para o Licenciamento Ambiental</i>	
PL 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PT/SP) e Outros .....	35
<i>Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado</i>	
PL 7735/2014 (PLC 2/2015, do Poder Executivo) .....	36
INFRAESTRUTURA .....	37
<i>Marco Legal das Agências Reguladoras</i>	
PL 5442/2013 do deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) .....	37
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA .....	38
<i>Redução da Jornada de Trabalho</i>	
PEC 231/1995 do deputado Inácio Arruda (PCdoB/CE) .....	38
<i>Exigência de Dupla Visita nas Fiscalizações de Trabalho</i>	
PLS 149/2014 do senador Cidinho Santos (PR/MT) .....	39
<i>Competência para Embargar ou Interditar Estabelecimentos</i>	
PL 6897/2013 do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/SP) .....	40
<i>Novas Exigências para Máquinas e Equipamentos – NR 12</i>	
PDC 1408/2013 do deputado Silvio Costa (PSC/PE) .....	41



<i>Terceirização</i>	
PLC 30/2015 (PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel - PMDB/GO) .....	42
<i>Novas Regras sobre Dispensa de Empregados</i>	
MSC 59/2008 do Poder Executivo .....	43
<i>Reconhecimento Pleno das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho</i>	
PL 4193/2012 do deputado Irajá Abreu (PSD/TO) .....	44
SISTEMA TRIBUTÁRIO .....	45
<i>Convalidação de Incentivos Fiscais de ICMS</i>	
PLP 54/2015 (PLS-C 130/2014 da senadora Lúcia Vânia - Sem Partido/GO) .....	45
<i>Crédito financeiro do IPI, PIS e COFINS</i>	
PL 6530/2009 (PLS 411/2009 do senador Francisco Dornelles - PP/RJ) .....	46
<i>Código de Defesa do Contribuinte</i>	
PLS-C 298/2011 da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) .....	47
INFRAESTRUTURA SOCIAL .....	48
<i>Alteração de Benefícios Previdenciários</i>	
PLV 4/2015 (MPV 664/2014 do Poder Executivo) .....	48
<b>REGULAMENTAÇÃO DA ECONOMIA .....</b>	<b>49</b>
<i>DIREITO DE PROPRIEDADE E CONTRATOS .....</i>	<i>50</i>
* PLC 69/2014 (PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo - PSDB/PE) .....	50
PLS 316/2013 do senador Paulo Paim (PT/RS) .....	50
* PLS 559/2013 da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do SF .....	51
PLS 133/2014 do senador Alfredo Nascimento (PR/AM) .....	51
PL 2289/2007 do deputado Beto Faro (PT/PA) .....	52
PL 7477/2014 do deputado Antonio Balhmann (PROS/CE) .....	53
<i>DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO .....</i>	<i>54</i>
PL 2177/2011 do deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) .....	54
<i>COMÉRCIO EXTERIOR E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS .....</i>	<i>55</i>
PLP 90/2011 do deputado Zeca Dirceu (PT/PR) .....	55
PL 717/2003 (PLC 176/2008) do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) .....	56
<i>MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....</i>	<i>57</i>
* PLS-C 476/2013 do senador Armando Monteiro (PTB/PE) .....	57
PLS-C 161/2014 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) .....	57
PLP 351/2013 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE) .....	58
PLP 414/2014 do deputado Felipe Maia (DEM/RN) .....	59



<i>RELAÇÕES DE CONSUMO</i> .....	60	
PLS 281/2012 do senador José Sarney (PMDB/AP) .....	60	
PL 2010/2011 (PLS 536/2009 do senador Paulo Paim - PT/RS) .....	61	
PL 557/2015 do deputado João Fernando Coutinho (PSD/PE) .....	62	
<b>QUESTÕES INSTITUCIONAIS</b> .....	<b>63</b>	
PLS 236/2012 do senador José Sarney (PMDB/AP) .....	64	
PLS 487/2013 do senador Renan Calheiros (PMDB/AL) .....	65	
PDS 147/2014 (PDC 1491/2014, do deputado Mendonça Filho - DEM/PE e outros) .....	66	
PEC 352/2013 do deputado Cândido Vaccarezza (PT/SP) .....	67	
* PLP 381/2014 (PLS-C 222/2013 do senador Vital do Rêgo - PMDB/PB) .....	68	
PL 1202/2007 do deputado Carlos Zarattini (PT/SP) .....	68	
PL 2412/2007 do deputado Regis de Oliveira (PSC/SP) .....	69	
<b>MEIO AMBIENTE</b> .....	<b>70</b>	
PEC 72/2011 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) e outros .....	71	
* PLC 2/2015 (PL 7735/2014 do Poder Executivo) .....	71	
PLS 368/2012 da senadora Ana Amélia (PP/RS) .....	72	
PLS 12/2014 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) .....	73	
PLP 404/2014 do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA) .....	74	
* PL 3729/2004, do deputado Luciano Zica (PT/SP) e Outros .....	75	
PL 266/2007 dos deputados Rogério Lisboa (DEM/RJ) e Márcio Junqueira (PROS/RR) .....	75	
PL 792/2007 do deputado Anselmo de Jesus (PT/RO) .....	76	
PL 2732/2011 do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP) .....	77	
PL 3409/2012 do deputado Junji Abe (PSD/SP) .....	78	
PL 5646/2013 do deputado César Halum (PRB/TO) .....	79	
MSC 245/2012 do Poder Executivo .....	80	
<b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b> .....	<b>81</b>	
<i>SISTEMA DE NEGOCIAÇÃO E CONCILIAÇÃO</i> .....	82	
PLS 181/2011 do senador José Pimentel (PT/CE) .....	82	
PLS 296/2011 do senador Vital do Rêgo (PMDB/PB) .....	83	
* PL 4193/2012 do deputado Irajá Abreu (PSD/TO) .....	83	
<i>ADICIONAIS</i> .....	84	
PL 5067/2009 do deputado Guilherme Campos (PSD/SP) .....	84	
<i>ORGANIZAÇÃO SINDICAL E CONTRIBUIÇÃO</i> .....	85	
PL 5684/2009 da deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) .....	85	

<i>SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO</i> .....	86
PLS 58/2014 do senador Paulo Paim (PT/RS) .....	86
* PLS 149/2014 do senador Cidinho Santos (PR/MT) .....	87
PL 1981/2003 do deputado Vicentinho (PT/SP) .....	87
PL 7206/2010 do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP) e outros .....	88
* PL 6897/2013 do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) .....	88
<i>DISPENSA</i> .....	89
PL 6356/2005 do deputado Vicentinho (PT/SP) .....	89
* PDC 1408/2013, do deputado Silvio Costa (PSC/PE) .....	89
PL 948/2011 do deputado Laercio Oliveira (SD/SE) .....	90
* MSC 59/2008 do Poder Executivo .....	90
<i>JUSTIÇA DO TRABALHO</i> .....	91
PLS 606/2011 do senador Romero Jucá (PMDB/RR) .....	91
PLS 432/2013 da Comissão ATN nº 2 - Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de dispositivos da CF .....	92
PLS 231/2014 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ) .....	93
PL 5140/2005 do deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP) .....	94
<i>DURAÇÃO DO TRABALHO</i> .....	95
PLS 8/2014 do senador Blairo Maggi (PR/MT) .....	95
* PEC 231/1995, do deputado Inácio Arruda (PC do B/CE) .....	95
PL 2409/2011 do deputado Roberto Balestra (PP/GO) .....	96
<i>OUTRAS MODALIDADES DE CONTRATOS</i> .....	97
SCD 4/2015 (PLS 6/2003 do senador Paulo Paim - PT/RS - PL 7699/2006) ....	97
<i>TERCEIRIZAÇÃO</i> .....	98
* PLC 30/2015 (PL 4330/2004 do deputado Sandro Mabel - PMDB/GO) .....	98
<i>BENEFÍCIOS</i> .....	99
PLS 162/2013 do senador Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) .....	99
PLS 242/2013 do senador Fernando Collor (PTB/AL) .....	100
<i>FGTS</i> .....	101
PLP 51/2007 do deputado José Carlos Machado (DEM/SE) .....	101
PL 2312/2011 do deputado Filipe Pereira (PSC/RJ) .....	102
<i>RELAÇÕES INDIVIDUAIS DE TRABALHO</i> .....	103
PL 1439/2007 do deputado Dilceu Speráfico (PP/PR) .....	103
PL 6239/2013 (PLS 62/2005 do senador Paulo Paim - PT/RS) .....	104
<b>CUSTO DE FINANCIAMENTO</b> .....	<b>105</b>
PL 1150/2011 da deputada Nilda Gondim (PMDB/PB) .....	106
<b>INFRAESTRUTURA</b> .....	<b>107</b>



PLC 8/2013 (PL 1023/2011 do deputado Esperidião Amin - PP/SC) .....	108
PLS 37/2011 do senador Marcelo Crivella (PRB/RJ) .....	109
PLS 422/2014 da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) .....	110
PL 1481/2007 (PLS 103/2007 do senador Aloízio Mercadante - PT/SP) .....	111
PL 7467/2010 (PLS 730/2007 do senador Francisco Dornelles - PP/RJ) .....	112
PL 3672/2012 (PLS 430/2011 da senadora Ana Amélia - PP/RS) .....	113
* PL 5442/2013, do deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) .....	114



## **SISTEMA TRIBUTÁRIO ..... 115**

### *REFORMA TRIBUTÁRIA ..... 116*

PEC 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG) .....	116
--	-----

### *CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS ..... 117*

PLV 6/2015 (MPV 668/2015 do Poder Executivo) .....	117
PLS-C 161/2013 do senador Delcídio Amaral (PT/MS) .....	118
PLP 45/2015 (PLS-C 201/2013 do senador Roberto Requião - PMDB/PR) ....	119
PLS-C 95/2014 do senador Armando Monteiro (PTB/PE) .....	120
* PLP 54/2015 (PLS-C 130/2014 da senadora Lúcia Vânia - PSDB/GO) .....	120
PLP 366/2013 (PLS-C 386/2012 do senador Romero Jucá - PMDB/RR) .....	121
* PL 6530/2009 (PLS 411/2009 do senador Francisco Dornelles - PP/RJ) ....	121
PL 7140/2014 do deputado Mauro Lopes (PMDB/MG) .....	122
PL 7956/2014 do deputado Félix Mendonça Júnior (PDT/BA) .....	123
PRS 1/2013 do Poder Executivo .....	124

### *OBRIGAÇÕES, MULTAS E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIAS ..... 125*

PEC 7/2015 (PEC 103/2011-SF do senador Delcídio do Amaral - PT/MS, PEC 197/2012 - CD) .....	125
PLS-C 354/2012 da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) .....	126
PLP 163/2012 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE) .....	127
PLP 396/2014 do deputado Guilherme Campos (PSD/SP) .....	128
PL 3268/2012 (PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA) .....	129

### *DEFESA DO CONTRIBUINTE ..... 130*

* PLS-C 298/2011 da senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) .....	130
PLS-C 178/2012 do senador Blairo Maggi (PR/MT) .....	130
PL 1239/2011 do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) .....	131

## **INFRAESTRUTURA SOCIAL ..... 132**

### *SEGURIDADE SOCIAL ..... 133*

* MPV 664/2014 do Poder Executivo .....	133
MPV 665/2014 do Poder Executivo .....	133
PLS 9/2014 do senador Blairo Maggi (PR/MT) .....	134



PL 1476/2007 (PLS 313/2006 do senador Sérgio Zambiasi - PTB/RS) .....	135
PL 3299/2008 (PLS 296/2003 do senador Paulo Paim - PT/RS) .....	136
<b>INTERESSE SETORIAL .....</b>	<b>137</b>
PEC 25/2014 do senador Alfredo Nascimento (PR/AM) .....	138
ECD 3/2014 (PLS 274/2008) do senador Lobão Filho (PMDB/MA) .....	139
PLS 139/2012 do senador Paulo Davim (PV/RN) .....	140
PLS 404/2012 do senador Humberto Costa (PT/PE) .....	141
PLS 50/2013 do senador Paulo Davim (PV/RN) .....	142
PLS 209/2013 do senador Ruben Figueiró (PSDB/MS) .....	143
PLS 378/2013 do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) .....	144
PLS 10/2014 do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA) .....	145
PLS 103/2014 do senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) .....	146
PLS 136/2014 do senador Alfredo Nascimento (PR/AM) .....	147
PLS 400/2014 da Comissão de Serviços de Infraestrutura do SF .....	148
PLS 423/2014 da Senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) .....	149
PEC 92/2011 do deputado Cláudio Puty (PT/PA) .....	150
PL 3057/2000 do deputado Bispo Wanderval (PR/SP) .....	151
PL 5476/2001 do deputado Marcelo Teixeira (PR/CE) .....	152
PL 5921/2001 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) .....	153
PLC 34/2015 (PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze - PP/RS) .....	154
PL 6716/2009 (PLS 184/2004 do senador Paulo Octávio - DEM/DF) .....	155
PL 7224/2010 do deputado Homero Pereira (PSD/MT) .....	156
PL 37/2011 do deputado Welliton Prado (PT/MG) .....	157
PL 3221/2012 da deputada Sueli Vidigal (PDT/ES) .....	158
PL 3877/2012 do deputado Irajá Abreu (PSD/TO) .....	159
PL 4973/2013 do deputado Raul Henry (PMDB/PE) .....	160
PL 5092/2013 do deputado Wellington Fagundes (PR/MT) .....	161
PL 5410/2013 do deputado Dimas Fabiano (PP/MG) .....	162
PL 5608/2013 do deputado Rogério Carvalho (PT/SE) .....	163
PL 6283/2013 do deputado Gonzaga Patriota (PSB/PE) .....	164
PL 6459/2013 (PLS 330/2011 da senadora Ana Amélia - PP/RS) .....	165
PL 7064/2014 dos deputados Alexandre Roso (PSB/RS) e Paulo Foletto (PSB/ES) .....	166
PL 7273/2014 do deputado César Halum (PRB/TO) .....	167
PL 7338/2014 do deputado Sarney Filho (PV/MA) .....	168
PL 7591/2014 do deputado Pedro Paulo (PMDB/RJ) .....	169
<b>ÍNDICE .....</b>	<b>170</b>





## CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

### DIRETORIA EXECUTIVA - DIREX

*José Augusto Coelho Fernandes*  
Diretor de Políticas e Estratégia

*Carlos Eduardo Abijaodi*  
Diretor de Desenvolvimento Industrial

*Mônica Messenberg Guimarães*  
Diretora de Relações Institucionais

### UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - COAL

*Marcos Borges de Castro*  
Gerente-Executivo

*Godofredo Franco Diniz*  
Gerente-Executivo Adjunto

*Frederico Gonçalves Cezar*  
Gerente de Informação e Estudos

*Pedro Aloysio Kloeckner*  
Gerente de Articulação no Senado Federal

*Beatriz A. Lima Naves*  
Gerente de Articulação na Câmara dos Deputados

*Brenda Parada Granados*  
Coordenadora de Informações Legislativas

### Equipe Técnica

*Ana Maria Santos Fidelis, Andrea Haggstram Rodrigues, Angela Borges, Anna Henriquetta da Valle Faria Peres, Antonio Firmino Matos, Antonio Marrocos Júnior, Beatriz Nunes, Bruna Guimarães Lopes, Bruna Oliveira Brandão, Edileusa Batista da Silva, Elisa Machado de Araújo Melo, Fabrício dos Santos Zastawny, Felipe Gomes Ribeiro, Ianaê Faraj, Guilherme Queiroz Santos Amorim, Marcelo Arguelles de Souza, Marcos Roberto Barros Borges, Margarete Ludwig, Maria Auxiliadora S. de Menezes, Marília Altoé Braga, Ronie Anderson Lobato, Ruan Valente Staffuzza, Silvana Sartori de Melo, Simone Vieira Santana, Suelen Araújo Costa Rodrigues, Taísa Dib de Barros Rosa, Valéria Leite Memória.*

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

*Carlos Alberto Barreiros*  
Diretor de Comunicação



## **Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda - GEXPP**

*Carla Gonçalves*  
Gerente Executiva

*Walner de Oliveira Pessôa*  
Supervisão Editorial

## **DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS - DSC**

*Fernando Augusto Trivellato*  
Diretor de Serviços Corporativos

## **Área de Administração, Documentação e Informação - ADINF**

*Maurício Vasconcelos de Carvalho*  
Gerente-Executivo

## **Gerência de Documentação e Informação - GEDIN**

*Mara Lucia Gomes*  
Gerente de Documentação e Informação

*Alberto Nemoto Yamaguti*  
Normalização

---

*Editorar Multimídia*  
Projeto Gráfico

*WOC Tecnologia da Informação Ltda.*  
Diagramação, Interatividades e Revisão





*Confederação Nacional da Indústria*

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7957-113-8



9 788579 571138